

[PREGÃO ELETRÔNICO]

90008/2025

CONTRATANTE (UASG)

(170217)

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva e operação do sistema do sistema de ar-condicionado (AVAC) do Complexo Fazendário de Manaus, composto por central chiller a ar, unidades fan-coils e sistemas de bombeamento de água gelada, incluindo o fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.538.075,09 (um milhão, quinhentos e trinta e oito mil, setenta e cinco reais e nove centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/07/2025 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO	5
4.4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
9. DO TERMO DE CONTRATO	15
10. DOS RECURSOS	15
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

EDITAL**SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL****PREGÃO ELETRÔNICO Nº90006/2025**
(Processo Administrativo nº10280-730.244/2024-51)

Torna-se público que a Superintendência da Receita Federal do Brasil da 2ªRF, por meio da Divisão de Programação e Logística, sediado a Travessa Rui Barbosa, 1039, 4º andar, bairro do Reduto, cidade de Belém/PA, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva e operação do sistema de ar-condicionado (AVAC) do Complexo Fazendário de Manaus, composto por central chiller a ar, unidades fan-coils e sistemas de bombeamento de água gelada, incluindo o fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por dois itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 sociedades cooperativas;
- 2.7.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.7.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.5 e 2.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação,

de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.5 e 2.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- 4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

- 4.4.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- 4.5.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.5.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.5.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.5.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.5.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.5.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.5.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.5.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Para o item 01 deverá ser informado o valor mensal dos serviços;

5.1.2 Para o item 02 não deverá ser alterado o valor informado pela administração; pois este não será objeto de lances pois visa apenas o provisionamento financeiro para aquisição de peças e materiais, o licitante que oferecer lance final diferente do valor da administração, e esse não puder ser ajustado, terá sua proposta DESCLASSIFICADA;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente

o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Como o critério de julgamento é menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,02% (dois centésimos por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até

5% (cinco por cento) na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais no SICAF (penalidades e impedimentos de licitar) para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

- 6.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1 SICAF;
- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

- 7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1 conter vícios insanáveis;
- 7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 7.8.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.8.2 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 7.10.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou digitalizados.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução não é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.9.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo máximo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 Apresentação de documentos pré-existentes ao momento da convocação para apresentação da habilitação daquele licitante, que por esquecimento não tenham sido anexados.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso

para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através do e-mail licitacao.pa.srrf02@rfb.gov.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 2% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 3% a 5% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao.pa.srrf02@rfb.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico licitacao.pa.srrf02@rfb.gov.br.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II – Plano de Manutenção preventiva do ar-condicionado central;

Anexo III – Plano de manutenção preventiva do ar-condicionado individual- split;

Anexo IV – IMR;

Anexo V – FAC;

Anexo VI- Minuta de Termo de Contrato;

Anexo VII – Termo de Ciência e Concordância;

Anexo VIII – Planilha da Administração

Anexo IX - Modelo de Planilha para apresentação da proposta.

Walter salema Maia Prado

(Agente de contratação)

SRRF02/DIPOL/SELIC



ANEXO I

SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 10280-730.244/2024-51)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva e operação do sistema de ar-condicionado (AVAC) do Complexo Fazendário de Manaus, composto por central chiller a ar, unidades fan-coils e sistemas de bombeamento de água gelada, incluindo o fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

GRUPO	ITEM	LOCAL DE EXECUÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	VALOR MENSAL	QUANT MESES	VALOR PARA 12 MESES	VALOR TOTAL
01	01	Manaus– AM	Manutenção no sistema de ar-condicionado do Complexo de Manaus.	2771	10856,152	12	1.210.273,83	1.538.075,09
	02	Manaus - AM	Aquisição de peças com ressarcimento	618641	27.316,772	12	327.801,26	

1.1.1. O item 02 não será objeto de lances pois visa apenas o provisionamento financeiro para aquisição de peças, o licitante que oferecer lance final diferente do valor da administração, e esse não puder ser ajustado, terá sua proposta **DECLASSIFICADA**

1.2. Os serviços objeto desta contratação são considerados como comuns, na forma do artigo 6º, inciso XXI, alínea “a”, da lei nº 14.133/21.

1.2.1 Trata-se de serviço de manutenção preventiva e corretiva e operação do sistema de ar-condicionado (AVAC) do complexo de Manaus-AM, com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme detalhado na especificação dos serviços.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano** contados da **ordem inicial do serviço**, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1 O serviço enquadra-se como de natureza continuada, considerando tratar-se de uma necessidade permanente e essencial para o adequado funcionamento do sistema de climatização.



1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência e nos subitens abaixo.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000010/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 18/04/2024;
- III) Id do item no PCA: 91, 92, 93, 100 e 101;
- IV) Classe/Grupo: 4130 – Componentes de equipamentos para refrigeração e ar-condicionado
871 – Serviços de manutenção e reparo de produtos fabricados de metal, maquinaria e equipamentos
- V) Identificador da Futura Contratação: 170209-32/2025 e 170209-43/2025;

2.3. A finalidade do presente instrumento é assegurar a continuidade do perfeito funcionamento e a conservação dos equipamentos dos Sistemas de Ar-Condicionado Central e Individual, visando atender às necessidades de conforto ambiental e garantir a boa qualidade do ar, para uma melhor prestação de serviço e atendimento ao contribuinte. As fundamentações se baseiam em:

2.3.1 A NBR 16401 da ABNT estabelece como temperatura recomendada para condições internas de conforto térmico a faixa de 23 °C a 25 °C, no verão, e de 20 °C a 22 °C, no inverno. As condições externas na cidade de Manaus, tanto no verão quanto no inverno, alcançam temperaturas muito distantes desse parâmetro e, para proporcionar conforto aos usuários; os prédios da DRF possuem um sistema de ar-condicionado instalado e em operação, necessitando da prestação do serviço que é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade permanente e essencial para o funcionamento do órgão e garantia da segurança dos usuários.

2.3.2 O uso diário desses sistemas provoca um acentuado desgaste dos componentes mecânicos e elétricos, acarretando a necessidade de manutenção periódica, com o intuito de assegurar a conservação das características de desempenho técnico de seus componentes e para garantir a qualidade do ar e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

2.3.3 Há ainda a necessidade de garantir a confiabilidade e disponibilidade dos equipamentos de climatização para a sala com servidor de rede para preservação das informações e funcionamento dos sistemas.

2.3.4 Sendo assim, de forma a manter um ambiente satisfatório para servidores e colaboradores na realização de suas atividades e atendendo às exigências legais e recomendações técnicas, faz-se necessária a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de climatização, mantendo-os sempre em boas condições de utilização, efetuando periodicamente verificação do estado de limpeza, remoção das sujidades e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os seus componentes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO



3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência e nos subitens abaixo.

3.2. Equipamentos de ar-condicionado requerem manutenções preventivas periódicas por pessoal devidamente capacitado, para seu adequado e seguro funcionamento, bem como para prolongamento da sua vida útil.

3.2.1 A manutenção preventiva permite minimizar a ocorrência de danos e diminuir as despesas com reparos. Por outro lado, a falta de manutenção preventiva propicia elevação no consumo de energia elétrica, e pode até acarretar danos ao sistema elétrico da edificação, com graves consequências.

3.2.2 A manutenção preventiva e corretiva regular desses equipamentos é fundamental para o controle da proliferação de fungos e bactérias nocivos à saúde humana, e deve ser executada por pessoal especializado.

3.2.3 Além disso, a contratação nos moldes aqui sugeridos, incluindo a manutenção corretiva, permite que eventuais defeitos sejam sanados com relativa celeridade, mantendo a disponibilidade dos equipamentos e reduzindo transtornos, conseqüentemente.

3.3. Objetivo: Manter os sistemas de climatização operando em perfeitas condições de funcionamento e conservação, oferecendo boas condições de trabalho, evitando-se despesas desnecessárias em consertos emergenciais por falha de componentes advindas da falta de conservação, e proporcionar garantia das condições mínimas exigidas na portaria n. 3.523/98 do Ministério da Saúde, bem como as orientações da Norma Técnica da ABNT NBR 17037:2023, para prevenção de riscos à saúde dos usuários.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Adoção de boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição tais como:

4.1.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

4.1.1.2. Substituição sempre que possível, de substâncias tóxicas ou de menor toxicidade;

4.1.1.3. Racionalização/economia no consumo de energia e água;

4.1.1.4. Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além de adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;

4.1.1.5. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e

4.1.1.6. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.



4.1.2 Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução do CONAMA n°340/2003 e da Instrução Normativa IBAMA, n° 5/2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo as seguintes diretrizes:

4.1.2.1. Não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;

4.1.2.2. Durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;

4.1.2.3. É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;

4.1.2.4. As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;

4.1.2.5. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

4.1.2.6. Quanto aos sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

4.1.2.7. A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

4.1.3 Além de boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, de forma a não frustrar o caráter competitivo do certame, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

4.1.3.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.3.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto n° 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.1.3.3. Observar a Resolução CONAMA n° 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu fornecimento;



4.1.3.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.3.5. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.3.6. Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

4.1.3.7. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

4.1.4 Os materiais, peças e componentes fornecidos e aplicados na prestação dos serviços, deverão estar conforme as especificações dos fabricantes dos equipamentos e suas marcas, características e modelos deverão ser rigorosamente seguidos com as devidas garantias.

Subcontratação

4.2. É permitida a subcontratação parcial de serviços específicos, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.3. Poderão ser subcontratadas as seguintes atividades do objeto:

4.3.1 Análise da qualidade interna do ar;

4.3.2 Tratamento químico da água gelada e das bandejas de dreno dos fan-coils.

4.3.3 Análise físico-química do óleo

4.3.4 Manutenção de motobombas

4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.8. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor anual da contratação.



4.8.1 Tratando-se de serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.9. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.9.1 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.9.2 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.10. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.13. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.13.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.14. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.14.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.14.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.14.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial



4.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.16. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.18. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria

4.18.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.19. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.20. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.21. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência

4.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.23. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.24. A avaliação prévia do local de execução dos serviços não é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, ainda assim está assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **10 horas às 17 horas**.

4.25. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.26. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.26.1 A vistoria não é obrigatória, visando preservar o caráter competitivo do processo licitatório. A vistoria será acompanhada por um servidor designado.



4.26.2 Para agendar a vistoria, os licitantes devem entrar em contato com o servidor Sr. Luiz Eduardo Oliveira de Araújo pelo telefone (92) 98413-2515. A vistoria deverá ser agendada com antecedência mínima de dois dias no seguinte endereço.

Unidade	Endereço
Complexo Fazendário de Manaus	Avenida Governador Danilo de Matos Areosa, nº1530, blocos "A" e "B" Bairro: Distrito Industrial 1, CEP: 69.075-351, Manaus-AM.

4.27. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.28. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.28.1 O contratado não poderá alegar, em momento posterior, qualquer questionamento de natureza técnica ou financeira que possa gerar desavenças com a contratante, resultando em solicitações de revisão, reequilíbrio econômico-financeiro e/ou aditivos contratuais, devido à eventual não realização de vistoria prévia no local.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. Definições Básicas:

DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil, proprietária e CONTRATANTE do serviço.

CONTRATADA – Empresa contratada pela Receita Federal para o serviço.

FISCALIZAÇÃO – Pessoa física ou jurídica, designada pela Receita Federal para fiscalizar o contrato de serviço.

RESPONSÁVEL TÉCNICO - profissional responsável pelos serviços registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT)..

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

AVAC – Sistemas de Aquecimento, Ventilação Mecânica e Ar-Condicionado.

Manutenção Preventiva - manutenção efetuada em intervalos predeterminados, ou de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um ativo. Tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos equipamentos, conservando-os dentro dos padrões de operacionalidade e segurança. Tem ainda a finalidade de operacionalizar o sistema de forma a se alcançar a melhor eficiência e menor consumo de energia. Consistem em três atividades principais:



INSPEÇÃO: Verificação de determinados pontos das instalações seguindo programa de manutenção, recomendada pelo fabricante dos equipamentos e rotinas de manutenção apresentadas neste Termo de Referência.

REVISÃO: Verificações (parciais ou totais) programadas das instalações para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes, recomendadas pelo fabricante dos equipamentos e rotinas de manutenção apresentadas neste Termo de Referência.

CONFIGURAÇÃO: Ajustes e parametrização operacional, nos sistemas de supervisão, controladores e/ou instrumentos do sistema para alcançar o funcionamento ideal conforme a demanda local.

MANUTENÇÃO CORRETIVA - manutenção efetuada após a ocorrência de uma pane, destinada a recolocar um item em condições de executar uma função requerida. Tem por objetivo o restabelecimento ou readaptação dos componentes dos equipamentos e sistemas às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, restabelecimento com a substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentem danificados, gastos ou defeituosos, entre outros procedimentos que se façam necessários. Cada procedimento corretivo deve ser embasado por meio de laudo técnico específico, assinado pelo profissional responsável da CONTRATADA, justificando os serviços, materiais e peças necessárias. As intervenções indicadas no laudo devem ser autorizadas pelo gestor/fiscal do contrato, o que não exime a CONTRATADA de responsabilização pela realização de conserto desnecessário. A manutenção corretiva também inclui o atendimento a chamados de emergência, com a finalidade de vistoriar, diagnosticar e solucionar falhas ocorridas no equipamento em manutenção, a qualquer tempo.

VISITAS TÉCNICAS DE SUPERVISÃO - consistem nas atividades de gestão da manutenção, objeto deste contrato, a serem realizadas por Engenheiro Mecânico ou Arquiteto ou Técnico em Eletromecânica habilitado. O profissional que realizar esta atividade será o responsável pela supervisão das atividades, pela elaboração de relatórios e pelo auxílio técnico. Deverá realizar pelo menos uma visita semestral, durante o horário do expediente, ou sempre que for solicitado pelo gestor do contrato.

Disposições Gerais

5.2. A manutenção preventiva deverá ser realizada com visitas mensais para executar o plano com as rotinas e durações previstas neste Termo de Referência.

5.3. As intervenções corretivas programadas deverão ser realizadas juntamente com as visitas para a realização do ciclo preventivo e o custo da mão de obra para este tipo ação deverá ser previsto e incluso no valor mensal proposto. As peças de reposição e/ou componentes necessários, quando autorizado, serão fornecidos pela CONTRATADA e ressarcidas pela CONTRATANTE conforme estabelecido no item 5.9

5.4. As intervenções corretivas emergenciais deverão ser realizadas com o início de atendimento no prazo máximo de 2 (duas) horas a partir da hora do chamado, feito em dia útil, em horário comercial compreendido entre 08 e 18h. E por serem de baixíssima ocorrência (pois sua frequência reflete o resultado do serviço alvo deste escopo) deverão ser previstas e inclusas no valor mensal proposto. As peças de reposição e/ou componentes necessários, quando autorizado, serão fornecidos pela CONTRATADA e ressarcidas pela CONTRATANTE conforme estabelecido no item 5.9.

5.5. Normas e Legislações de Referência – Os serviços a serem executados e os materiais empregados na execução deverão obedecer ao seguinte:

5.5.1 Portaria n.º 3523/GM de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, inclusive quanto ao Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, visando à preservação da qualidade do ar dos ambientes interiores e nos níveis definidos pelo Ministério da Saúde;



5.5.2 Lei 13.589 de 04/01/2018, que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes;

5.5.3 Publicações da ASHRAE (American Society of Heating, Refrigerating and Air Conditioning Engineers), HVAC Systems Duct Design – SMACNA (Sheet Metal and Air Conditioning Contractor's National Association);

5.5.4 Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes: NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI; NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR-12 Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos; NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção; NR-23: Proteção Contra Incêndios; NR-33 Medidas de Segurança em Espaços Confinados; NR-35 Trabalho em Altura;

5.5.5 Norma ABNT NBR 17037:2023 - Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo;

5.5.6 Norma ABNT NBR 14679, que trata de sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de Higienização;

5.5.7 Norma ABNT NBR 13971 de 2014 que trata de sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção Programada;

5.5.8 ABNT NBR ISO 9386:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;

5.5.9 ABNT NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;

5.5.10 Manual de Segurança do Trabalho para Empresas Contratadas pela RFB.

5.5.11 Código de posturas do município do local em que o equipamento está instalado;

5.5.12 Também deverão ser observadas todas as orientações do fabricante do equipamento;

5.5.13 Deverão ser observadas, durante a vigência do contrato todas as leis, normas, códigos de posturas federais, estaduais e municipais, normas infra legais e manual do fabricante.

5.6. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.6.1 Os serviços objeto deste TR serão executados por equipe não residente disponibilizada pela CONTRATADA, devendo esta, obrigatoriamente, obedecer aos requisitos de formação profissional. Os serviços de manutenção deverão ser realizados através de visitas técnicas programadas, segundo o cronograma de manutenções preventivas previamente entregue à equipe de fiscalização do CONTRATANTE ou através de Chamados de Emergência do CONTRATANTE para atendimento das manutenções corretivas, os quais deverão ser atendidos em até 2 (duas) horas após a abertura do chamado pelo CONTRATANTE.

5.6.2 Toda a mão-de-obra, materiais de consumo, peças, componentes, ferramentas, dispositivos auxiliares e insumos necessários à execução dos serviços ficarão, integralmente, a cargo da empresa contratada, incluindo-se também a desmontagem, montagem, soldas, balanceamento, ajustes, transportes, diárias, além de outros serviços e despesas necessários e suficientes.

5.6.3 Todas as manutenções realizadas visam manter ou recuperar o estado de uso e/ou de operação, a fim de que o equipamento e seus componentes sejam funcionais e seguros.



5.6.4 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva incluem a realização de todos os testes elétricos, mecânicos e de eficiência, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais dos equipamentos, análises e reparação de vazamentos, condições de lubrificação dos componentes, limpeza, substituição de peças e insumos.

5.6.5 Os serviços de manutenção deverão ser executados pela CONTRATADA, por meio de técnicos qualificados, treinados e a si vinculados, bem como, instruídos adequadamente para a execução, de forma segura, dos serviços de manutenção elencados no presente instrumento.

5.6.6 Todos os serviços deverão ser prestados de forma continuada e nos prazos estipulados neste instrumento, portanto a CONTRATADA deverá alocar um número suficiente de profissionais, de forma a cumprir com todas as obrigações assumidas.

5.6.7 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser prestados nos locais em que os sistemas estão instalados, salvo quando, por motivos técnicos, não puderem ser executados nos locais de uso, quando então poderá haver a retirada do componente defeituoso pela CONTRATADA, mediante prévia aprovação e avaliação do(s) fiscal(is) do Contrato, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes e da instalação do CONTRATANTE durante a retirada, transporte, substituição de peças e reinstalação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

5.6.8 A CONTRATADA deverá executar os serviços no horário normal de expediente, de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h, para qualquer anormalidade verificada; e das 17h às 8h do dia seguinte, ou em finais de semana e feriados para reparo que apresentarem risco de funcionamento, riscos de acidentes ou riscos aos usuários.

5.6.9 A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva a contar da data do recebimento da Ordem de início dos Serviços.

5.6.10 A CONTRATADA deverá encaminhar ao CONTRATANTE, via e-mail, em até 10 (dez) dias após o início de vigência, cronograma físico de execução das manutenções preventivas, que deverá compreender todo o período contratado, sendo que qualquer modificação no decorrer do contrato deverá ser comunicada ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis à data prevista da realização da manutenção preventiva.

5.6.11 A CONTRATADA deverá efetuar no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar o recebimento da Ordem de início dos serviços, o levantamento completo das atuais condições dos equipamentos, que são objeto deste instrumento, inclusive suas instalações, suportes e estruturas; e relacionar em laudo o estado e condições de operação, detalhando eventuais irregularidades encontradas, e o planejamento das ações necessárias que adotará para as correções.

5.6.12 Por ocasião da execução da primeira manutenção preventiva, deverão ser abrangidas, além das rotinas mensais, também as eventuais correções identificadas e necessárias para o bom andamento do programa.

5.6.13 A CONTRATADA deverá assumir os serviços que se façam necessários no estado em que se encontram os equipamentos, sem que isso gere qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, ou seja, por ocasião da realização da primeira manutenção preventiva, que deve ocorrer em até 15 (quinze) dias contados do recebimento da Ordem de início dos Serviços, deverá providenciar a correção de todos os defeitos existentes, bem como substituir todas as peças defeituosas (que serão reembolsadas), com exceção dos serviços/materiais de infraestrutura de natureza civil e elétrica que não faça parte do escopo.

5.6.14 O CONTRATANTE informa que, a princípio, os profissionais legalmente habilitados a executarem os serviços objeto deste instrumento são: engenheiro mecânico (CBO-2144-05) ou industrial



modalidade mecânico (CBO-2144-20) com CREA e experiência mínima de 01 ano ou Arquiteto (CBO-2141-15) com CAU e experiência mínima de 01 ano ou técnico em eletromecânica (CBO-3003-05) com CRT e experiência mínima de 01 ano, o Técnico/Mecânico de refrigeração (CBO-7257-05) com ensino médio completo, curso técnico, e experiência mínima de 02 anos, e o Auxiliar técnico de refrigeração (CBO-3141-15) com ensino médio completo, curso técnico ou de qualificação para instalações de climatização equivalente ao do objeto, e experiência mínima de 01 ano.

5.6.15 O dimensionamento da equipe de execução das manutenções é de responsabilidade da CONTRATADA e minimamente será exigido um técnico/mecânico de refrigeração e um auxiliar técnico de refrigeração no atendimento.

5.6.16 A CONTRATADA deverá ter um profissional que execute as atividades diariamente, com formação em técnico/mecânico de refrigeração (CBO 7257-05), com ensino médio completo, e experiência mínima de 06 meses.

5.6.17 A CONTRATADA deverá informar, juntamente com o cronograma previsto no item acima (5.16), a identificação completa de seu(s) empregado(s) (Nome, RG, CPF, endereço e telefone), que serão responsáveis por executar os serviços objeto deste Instrumento, a fim de que o representante do CONTRATANTE possa providenciar a(s) autorização(ões) para ingresso do(s) mesmo(s) nos locais onde serão realizadas as manutenções.

5.6.18 A garantia dos serviços de manutenção preventiva e corretiva será de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento destes, sendo que, relativamente ao disposto neste item, aplicam-se também, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

5.6.19 A CONTRATADA deverá, sem prejuízo da adoção de outras medidas que visem alcançar o perfeito funcionamento dos equipamentos, observar e executar as rotinas de manutenção preventivas mínimas exigidas no plano conforme ANEXO II (plano de manutenção preventiva do ar-condicionado central) e ANEXO III (plano de manutenção preventiva do ar-condicionado individual- split)

5.6.20 A CONTRATADA deverá, imediatamente, após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços, registrar no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT) o contrato de prestação de serviço assinado com este Órgão e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de seu(s) Engenheiro(s) Mecânico(s) ou Industrial(is) Modalidade Mecânico ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de seu(s) arquiteto(s) ou técnico(s) em eletromecânica responsável(is) pelo objeto desta contratação e pela supervisão, coordenação e orientação técnica dos serviços de manutenção objeto deste instrumento, sendo que estes documentos deverão ser entregues logo após seu registro no referido Conselho, em via original, ao fiscal da CONTRATANTE. O engenheiro mecânico ou industrial modalidade mecânico ou técnico em eletromecânica será o responsável pela execução do PMOC, o qual deverá assinar os relatórios mensais e registrar a ART anual da contratação.

5.6.21 O responsável técnico pelo PMOC poderá ser engenheiro mecânico (CBO-2144-05) ou industrial modalidade mecânico (CBO-2144-20) com CREA e experiência mínima de 01 ano ou técnico em refrigeração e ar-condicionado ou técnico em mecânica ou técnico em eletromecânica (CBO-3003-05) com CRT e experiência mínima de 01 ano, a critério da CONTRATADA.

5.6.22 A CONTRATADA deverá providenciar, exclusivamente, a suas expensas todas as ferramentas, equipamentos, aparelhos mecânicos ou eletrônicos de aferição, regulagem ou ajuste, necessários e suficientes para a execução dos serviços, bem assim, deverá identificá-los de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE ou de outras CONTRATADAS,



sendo também de inteira responsabilidade da CONTRATADA a guarda, manutenção e conservação dos mesmos.

5.6.23 A CONTRATADA deverá empregar na execução dos serviços apenas ferramentas e utensílios em bom estado de conservação e apropriados ao uso, inócuo à saúde humana, e cuja aplicação não cause danos ao patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros.

5.6.24 Ficarão a cargo da CONTRATADA todos os custos relativos à disponibilidade, no local onde se realizará a manutenção, das ferramentas, instrumentos e equipamentos (inclusive escadas e andaimes) necessários à realização dos serviços.

5.6.25 Os serviços devem ser executados de acordo com a melhor técnica, seguindo as recomendações dos fabricantes, as normas da ABNT e a legislação vigente, sem descuidar, principalmente, das condições estipuladas neste instrumento e seus anexos; utilizando-se sempre todos os materiais, peças, equipamentos, recursos humanos e demais insumos necessários à plena, eficaz e eficiente execução dos serviços para cumprimento do escopo.

5.6.26 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva objetivam o funcionamento pleno dos equipamentos descritos no Item 5.7, compreendendo aspectos relacionados à segurança, eficiência e o bom funcionamento de toda a instalação, considerando-se ainda a depreciação natural que sofre qualquer equipamento eletromecânico.

5.6.27 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva incluem a realização de todos os testes elétricos, eletrônicos e mecânicos, medições, revisão, calibragem, limpeza, lubrificação, bem assim, a substituição de peças, componentes e acessórios dos equipamentos e suas instalações.

5.6.28 A CONTRATADA deverá possuir conhecimento da instalação da contratante, de forma que possa realizar todas as tarefas de manutenção previstas, e que possa atender a todas as demandas operacionais e de eventuais falhas nos aparelhos, de forma rápida e eficiente.

5.6.29 A CONTRATADA deverá possuir capacitação para prestar assistência técnica e fazer a configuração do software de automação, que controla os sistemas de ar-condicionado instalados, permitindo ligar e desligar automaticamente, diariamente e conforme programação e perfil de demanda.

5.6.30 A CONTRATADA deverá registrar as leituras de operação, medições e testes periódicos em planilhas próprias de acompanhamento, devidamente assinadas pelo técnico que realizá-las.

5.6.31 A CONTRATADA deverá sinalizar e proteger os locais em que se derem as execuções dos serviços, visando reduzir a possibilidade de ocorrência de acidentes, bem como mantê-los ou deixá-los limpos e desimpedidos de sujeira e restos de materiais logo após a conclusão dos serviços.

5.6.32 A CONTRATADA deverá zelar pelo correto preenchimento de todos os registros de manutenção preventiva e de manutenção corretiva, que deverão ser elaborados em sistema próprio e/ou sistema da CONTRATANTE, sendo as vias devidamente preservadas e acessível às partes.

5.6.33 A CONTRATADA deverá fornecer os relatórios mensais descritivos de todos os serviços prestados após a execução deles. Para a manutenção preventiva do sistema de ar-condicionado, além do relatório deve-se preencher as informações de execução no PMOC.

5.6.34 A CONTRATADA deverá gerar e enviar ordens de serviços (OS) padronizadas para cada atividade ou grupo de atividades, conforme plano de manutenção ou intervenção específica, aos seus funcionários para cada visita de atendimento.

5.6.35 Todos os empregados da empresa, que estiverem prestando serviços à DRF, deverão estar devidamente identificados, mediante a utilização de crachá e uniforme apropriado.



5.6.36 Caso haja alguma alteração nos aparelhos instalados, a empresa deverá comunicar a DRF para que seja providenciada a atualização do contrato, mediante termo aditivo.

5.6.37 Além das máquinas constantes do resumo no item 5.7 deste TR, os demais equipamentos e acessórios tais como caixas de derivação, insufladores de ar exterior, redes de dutos, redes frigorígenas, redes de drenagem, redes elétricas, quadros elétricos, difusores, controladores digitais, e outros, detalhados ou não neste Termo de Referência, mas que compõem o sistema de climatização e ventilação, também fazem parte desta contratação.

5.6.38 A empresa CONTRATADA não poderá cobrar valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno não previstos neste edital.

5.6.39 Constituem objeto deste contrato, além dos itens já mencionados, os seguintes serviços:

5.6.39.1. Mudança de posição de termostatos, controladores e sensores visando melhorar a eficiência do sistema, desde que no mesmo pavimento;

5.6.39.2. Configuração dos controladores eletrônicos para um melhor desempenho do sistema, sempre que solicitado pelo gestor ou fiscal;

5.6.39.3. Configuração do software de gerenciamento do sistema, modificando a programação para ligar e/ou desligar os equipamentos, bem como bloquear ou desbloquear funções;

5.6.39.4. Regulagem dos difusores de ar;

5.6.39.5. Medição da vazão e velocidade do ar na saída dos equipamentos e nos difusores, sempre que solicitado pelo gestor ou fiscal;

5.6.39.6. Verificação, medição e apresentação de relatório de desempenho de cada equipamento, individualmente, sempre que for solicitado pelo gestor, além das revisões mensais;

5.6.39.7. Medição e apresentação de relatório de desempenho do ar em uma determinada sala ou andar, sempre que solicitado pelo gestor, contendo no mínimo as seguintes informações: área do ambiente avaliado, potência instalada (elétrica-W e térmica-BTU/h ou TR/h), vazão e temperatura do ar na saída do condicionador e na saída dos difusores, vazão e temperatura do ar de retorno junto ao condicionador e temperatura externa no momento das medições;

5.6.39.8. Testar mensalmente os dispositivos de reserva, tais como bombas, registros, chaves elétricas etc.;

5.6.39.9. Realizar semestralmente a análise de qualidade do ar nos ambientes conforme orientações da Norma Técnica da ABNT NBR 17037:2023. A primeira campanha deverá ser realizada no máximo em até 90 dias da ordem inicial de serviço.

5.6.40 O fornecimento dos materiais complementares, tais como: graxa, estopa, lixas, solventes, silicone, colas, produtos de limpeza, vareta foscoper, nitrogênio, oxigênio, acetileno para soldas nas linhas frigorígenas, R-141b, filtro manta G-4, e outros materiais necessários à execução dos serviços compreendidos na manutenção preventiva e corretiva (programada e emergencial) serão ressarcidas pela Administração pelo mesmo valor de sua aquisição acrescido do BDI de 15,28%, no limite de 30% do valor mensal do contrato, com autorização prévia e expressa do gestor ou do fiscal do contrato.

5.6.40.1. Excepcionalmente o gestor poderá autorizar valores superiores a 30% do valor mensal do contrato para aquisição de materiais, componentes e peças de reposição, desde que seja observado, no decorrer de toda contratação, o limite máximo contratual para essas aquisições, no montante de R\$



327.801,26 (trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e um reais e vinte e seis centavos), que é o valor do item 02.

Manutenção Preventiva

5.6.41 Os serviços de manutenção preventiva deverão obedecer ao cronograma de manutenções preventivas que for apresentado pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, para atender o escopo mínimo previsto nos ANEXO II e ANEXO III, além das intervenções que a CONTRATADA entender como necessárias para completar o plano de manutenção.

5.6.42 Entende-se por manutenção preventiva: aquela que tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes do equipamento a ser mantido, conservando-os dentro dos padrões de segurança e eficiência, visando seu perfeito funcionamento, de acordo com os manuais do(s) fabricante(s) e as normas técnicas específicas a cada ativo/equipamento, devendo ser executadas as seguintes atividades principais:

Inspeção - Verificação de determinados pontos das instalações e componentes dos equipamentos, seguindo programa de manutenção, recomendado pelos fabricantes dos equipamentos e rotinas de manutenção apresentadas neste Termo de Referência.

Revisão - Verificações (parciais ou totais) programadas das instalações para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes, recomendadas pelo fabricante dos equipamentos e rotinas de manutenção apresentadas neste Termo de Referência.

Configuração - Ajustes e parametrização operacional, nos sistemas de supervisão, controladores e/ou instrumentos do sistema para alcançar o funcionamento ideal conforme a demanda local.

A manutenção preventiva deverá ser realizada com visitas mensais para executar o plano de manutenção e todo serviço deverá ser registrado no PMOC.

O PMOC deverá ser preenchido ao final de cada visita, e será a base para o relatório para a entrega dos serviços. Esse documento deverá ser assinado pelo técnico da Contratada que realizar a visita e as atividades nele descritas, pelo responsável técnico da Contratada e pela fiscalização da Contratante, sendo entregue juntamente com a Nota Fiscal/Fatura mês.

5.6.43 As manutenções preventivas deverão ser executadas, ordinariamente, em dias úteis e durante o horário normal de funcionamento da unidade onde os equipamentos estão instalados.

5.6.44 Nos serviços de manutenções preventivas estão incluídos: toda a mão-de-obra, componentes, peças, materiais e insumos necessários à sua execução, bem assim, os serviços de desmontagem, montagem, soldas, balanceamento, materiais de consumo, ajustes, transportes, diárias, além de outros serviços e despesas necessários e suficientes, os quais ficarão, integralmente, as expensas da empresa Contratada.

5.6.45 Os seguintes prazos mínimos e máximos entre duas manutenções de caráter preventivo deverão ser observados:

Manutenções mensais - mínimo de 25 e máximo de 35 dias;

Manutenções trimestrais - mínimo de 80 e máximo de 100 dias;

Manutenções semestrais - mínimo de 160 e máximo de 200 dias;

Manutenções anuais - mínimo de 335 e máximo de 365 dias.



5.6.46 Em locais com condições climáticas e ambientais críticas, como em cidades próximas ao litoral ou ambientes muito empoeirados, a periodicidade de alguns serviços deverá ser reduzida, visando manter o equipamento em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança.

5.6.47 Faz parte do escopo preventivo a realização das análises para monitoramento da qualidade do ar interior.

Manutenção Corretiva

5.6.48 Entende-se por manutenção corretiva aquela que tem por objetivo o restabelecimento dos componentes dos equipamentos às condições ideais de funcionamento, por meio da eliminação de defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como, pela aplicação ou substituição de insumos, peças, componentes e/ou acessórios que se apresentem danificados, gastos ou defeituosos, aí incluídas as instalações elétricas, hidráulica, estrutural etc.

5.6.49 A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo. A CONTRATADA deverá, sempre que o CONTRATANTE entender necessário, emitir laudo técnico específico que contenha a discriminação do defeito apresentado e sua origem, sendo que este deverá ser assinado pelo responsável técnico.

5.6.50 Nos serviços de manutenções corretivas estão incluídos: toda a mão-de-obra e insumos necessários à execução do serviço, bem assim, os serviços de desmontagem, montagem, soldas, balanceamento, materiais de consumo, ajustes, transportes, diárias, além de outros serviços e despesas necessários e suficientes, os quais ficarão, integralmente, as expensas da empresa CONTRATADA.

5.6.51 Os materiais, componentes e peças de reposição necessários para as intervenções corretivas serão ressarcidas pela Administração pelo mesmo valor de sua aquisição acrescido do BDI de 15,28% no limite de 30% do valor mensal do contrato.

5.6.51.1. Excepcionalmente o gestor poderá autorizar valores superiores a 30% do valor mensal do contrato para aquisição de materiais, componentes e peças de reposição, desde que seja observado, no decorrer de toda contratação, o limite máximo contratual para essas aquisições, no montante de R\$ 327.801,26 (trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e um reais e vinte e seis centavos), que é o valor do item 02.

5.6.51.2. As aquisições que trata o item 5.6.51 deverão possuir autorização prévia e expressa do gestor ou do fiscal do contrato, para tanto, a contratada deverá efetuar pesquisa de preços com no mínimo 3 fornecedores, mediante Formulário de Autorização de compra – FAC (ANEXO V).

5.6.52 As peças e acessórios de reposição serão sempre novos e originais.

5.6.53 A CONTRATADA não poderá usar como justificativa para a não normalização do funcionamento do sistema: a imprudência, a imperícia ou a negligência de seu corpo técnico, ou ainda, a ausência ou má conservação das ferramentas, equipamentos ou aparelhos de medição, assim também, a falta de material de consumo necessário à execução do serviço.

5.6.54 A CONTRATADA atenderá aos chamados para as manutenções corretivas mediante ligação telefônica, sistema próprio e/ou sistema da CONTRATANTE, Whatsapp, e-mail, pessoalmente ou por outro meio hábil de contato convencionado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, sendo, que a partir deste contato deverá a CONTRATADA informar, imediatamente, ao CONTRATANTE o número de protocolo do chamado, além disso, deverá fazer constar na ficha de manutenção corretiva/ordem de serviço para Manutenção Corretiva: a data e o horário em que foi feita a referida comunicação, o tipo de defeito informado, o nome do servidor que realizou o chamado.



5.6.55 A CONTRATADA, durante a realização do ciclo preventivo, também poderá identificar e gerar abertura de demanda corretiva.

5.6.56 Os registros de manutenções corretivas deverão ser elaborados e fornecidos pela própria CONTRATADA, sendo que estes devem ser preenchidos com a informação de todo o serviço executado, dos materiais, componentes, peças e insumos aplicados, horários de início e de conclusão do serviço e o nome completo do técnico que o realizou.

5.6.57 Os chamados para manutenção corretiva devem ser atendidos nos prazos definidos na tabela abaixo, sendo que estes prazos terão início de contagem a partir do horário de abertura do chamado e finalização no exato momento do comparecimento do técnico às instalações do CONTRATANTE:

Prioridade	Prazo Máx. de Atendimento	Tipos de Ocorrências
Nível I	2 Horas	Ocorrências que impedem o funcionamento da Unidade ou que acarretem o risco iminente de impedimento total ou as classificadas pela RFB como emergenciais .
Nível II	72 Horas	Ocorrências que comprometem parcialmente o funcionamento da Unidade, e que poderão vir a agravar em um curto espaço de tempo.
Nível III	05 Dias úteis	Ocorrências que não comprometem o funcionamento da Unidade, porém incomodam os usuários ou ainda prejudicam a imagem da RFB.

Situações que caracterizam a necessidade de atendimento emergencial:

- Risco iminente de acidentes;
- Risco agressivo ao meio ambiente;
- Risco de o dano agravar e levar a perdas onerosas dos equipamentos e instalações;
- Parada geral do sistema;
- Perda de mais de 30% da capacidade funcional do sistema;
- Falha em um dos sistemas de climatização que atendem aos servidores;

5.6.58 O prazo de atendimento para cada "tipo de ocorrência" e o "nível de prioridade" deverá constar no "chamado/Ordem de Serviço", aberto pela unidade demandante do CONTRATANTE, conforme a TABELA do item 5.6.58.

5.6.59 Caso a CONTRATADA constata, por ocasião de algum chamado aberto pelo CONTRATANTE para Manutenção Corretiva, a impossibilidade de atendimento dos prazos previstos na Tabela do item 5.6.58, no ato do recebimento da demanda, deverá comunicar-se com o CONTRATANTE, apresentando os motivos que possam justificar o descumprimento do prazo e informando o prazo em que poderá realizar o atendimento, podendo esta justificativa ser aceita ou não pelo CONTRATANTE.



5.6.60 Caberá ao CONTRATANTE, após análise, acatar ou não as justificativas exigidas no subitem 5.45, sendo que, na hipótese de ser aceita a justificativa, o novo prazo sugerido pela CONTRATADA será improrrogável.

5.6.61 A manutenção corretiva, sempre que solicitada, deverá ser realizada, preferencialmente, em dias úteis e no horário compreendido entre 8 e 17 horas, todavia, excepcionalmente, em virtude da urgência ou emergência do caso, segundo avaliação do CONTRATANTE, poderá ocorrer em dias e horários não úteis, tais como: feriados, finais de semana e fora do horário de funcionamento ordinário do CONTRANTE.

5.6.62 Nas situações emergenciais, segundo a avaliação do CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA, num prazo máximo de 2 (duas) horas a contar do chamado feito pelo CONTRATANTE, iniciar o reparo demandado.

5.6.63 A CONTRATADA deverá observar nos casos de manutenção corretiva com substituição de peças, componentes, materiais, insumos e acessórios, que o prazo máximo para conclusão dos serviços é de até 02 (dois) dias úteis, quando as peças, componentes, materiais, insumos e acessórios componham seu estoque ou sejam de fácil aquisição no mercado local e de até 10 (dez) dias úteis quando estas peças, componentes, materiais, insumos e acessórios sejam, comprovadamente, de difícil obtenção no mercado local.

5.6.64 A CONTRATADA deverá, quando houver necessidade de prazos maiores que os previstos no item 5.49, formalizar solicitação, de forma imediata, para o fiscal do CONTRATANTE, com a devida justificativa e propondo novo prazo, que poderá, de forma motivada, ser aceito ou não pelo(s) fiscal(is) do Contrato, cabendo ainda a CONTRATADA adotar medidas mitigatórias aptas a minorarem a falta ou redução de capacidade causada pela ineficiência ou inoperância do sistema.

5.6.65 Não serão aceitas como justificativas para o não cumprimento dos prazos previstos, a imprudência, a imperícia ou negligência da CONTRATADA, além da má conservação das ferramentas, equipamentos ou aparelhos de medição da CONTRATADA, ou ainda a falta de material de consumo e a incapacidade em realizar testes.

5.6.66 Após a conclusão do serviço de manutenção a CONTRATADA deverá entregar uma das duas vias da Ordem de Serviço para Manutenção Corretiva (O.S) ao representante do CONTRATANTE, para que seja realizado o fechamento/atesto da O.S., sendo obrigatório que esteja assinada pelo técnico da empresa responsável pela execução do serviço e pelo representante do CONTRATANTE, com a data e o horário de término do serviço. Este processo poderá ser realizado eletronicamente.

5.6.67 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho

Local e especificação dos equipamentos

5.7. Os serviços serão prestados nos seguintes equipamentos:



DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM MANAUS - AM - AV. GOVERNADOR DANILO MATOS AREOSA, 1530 - DISTRITO INDUSTRIAL – CEP 69075-351

BLOCO A

ITEM	EQUIPAMENTO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
1.1	Chiller. Marca Carrier, linha Aquasnap, modelo 30RBA120386, capacidade de 120 TR e de condensação a ar.	Und.	02
1.2	Motobombas de água gelada.	Und.	05
1.3	Bomba de Água Reposição (tratamento d'água). Marca Dancor 0,5 CV.	Und.	02
1.4	Fan-Coils (Prédio). Springer Carrier.	Und.	20
1.5	Fan-Coils (filtragem do ar). Carrier 8 TR.	Und.	04
1.6	Fan-Coils (Servidor - térreo). Carrier 10 TR.	Und.	01
1.7	Fancoletes cassetes hidrônicos. Springer Carrier, 42.000 BTU ou 3,5 TR.	Und.	10
1.8	Quadros elétricos de comando geral	Und.	01

BLOCO B

ITEM	EQUIPAMENTO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
2.1	Chiller. Marca Carrier, linha Aquasnap, modelo 30RBA120386, capacidade de 120 TR e de condensação a ar.	Und.	02
2.2	Motobombas de água gelada.	Und.	05



2.3	Bomba de Água Reposição (tratamento d'água). Marca Dancor 0,5 CV.	Und.	02
2.4	Fan-Coils (Prédio). Springer Carrier.	Und.	20
2.5	Fan-Coils (filtragem do ar). Carrier 8 TR.	Und.	04
2.6	Fan-Coils (Servidor - térreo). Carrier 10 TR.	Und.	01
2.7	Fancoletes cassetes hidráulicos. Springer Carrier, 42.000 BTU ou 3,5 TR.	Und.	10
2.8	Quadros elétricos de comando geral	Und.	01

TÉRREO			
ITEM	EQUIPAMENTO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
3.1	Splits Guarita. 24000 BTU/h – GREE – Modelo GWC24MD-DINNA3C/0	Und.	03
3.2	Split sala de armamento. 12000 BTU/h – PIONNER – Modelo KF-32W/X PN	Und.	01
3.3	Split sala de armamento. 24000 BTU/h – PIONNER – Modelo KF-70W/B PN	Und.	01

Materiais a serem disponibilizados

5.8. A CONTRATADA fornecerá e aplicará, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, todas as peças que se fizerem necessárias para o correto funcionamento, conservação e segurança dos equipamentos e suas instalações, de forma a evitar seus sucateamentos ou danos que diminuam sua operacionalidade(s) e originalidade(s).

5.9. Os materiais, componentes, peças de reposição e insumos necessários à realização das manutenções preventivas e corretivas do sistema de ar-condicionado e suas instalações serão ressarcidas pela Administração pelo mesmo valor de sua aquisição (acrescida do BDI de 15,28%), no limite de 30% do valor mensal do contrato, com autorização prévia e expressa do gestor ou fiscal do contrato. O acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a aplicação dos mesmos, nos equipamentos, será responsabilidade da contratada.



5.9.1 Excepcionalmente o gestor poderá autorizar valores superiores a 30% do valor mensal do contrato para aquisição de materiais, componentes e peças de reposição, desde que seja observado, no decorrer de toda contratação, o limite máximo contratual para essas aquisições, no montante de R\$ 327.801,26 (trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e um reais e vinte e seis centavos), que é o valor do item 02.

5.10. Para o ressarcimento dos materiais e peças supracitados, a contratada deverá observar a seguinte rotina:

- a) Realizar pesquisa de preços, em no mínimo, três fornecedores distintos para cada item a ser adquirido (a pesquisa de preços deverá ser acompanhada da indicação clara do nome do fornecedor, CNPJ, telefone para contato, além da quantidade e valor unitário final para cada item). Será considerado o menor preço da pesquisa;
- b) Preencher corretamente o Formulário de Autorização de Compra – FAC, conforme modelo a ser fornecido pela Administração;
- c) Encaminhar o FAC para a fiscalização do contrato, acompanhado da cotação dos preços pesquisados para a competente autorização;
- d) Efetivar a compra, após a aprovação pelo Fiscal de Contrato;
- e) Dar entrada do material no prédio da DRF, com a respectiva nota fiscal de fornecimento e a Ficha de Autorização de Compra;
- f) Registrar a entrada do material adquirido no controle de estoque da contratada, com a respectiva data de entrada;
- g) Registrar a baixa do material empregado no controle de estoque da contratada, quando da sua utilização, com a respectiva destinação e data de saída;
- h) A partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá emitir a sua própria fatura referente aos materiais adquiridos e juntar ao documento de cobrança dos serviços os seguintes documentos: Relatório Técnico mensal, extrato das compras realizadas acompanhado dos respectivos Formulários de Autorização de Compra e de cópias das notas fiscais ali relacionadas e movimentação de entrada e saída dos materiais no controle de estoque. Essa documentação deverá ser encaminhada à fiscalização do contrato para ateste e posterior envio para pagamento.

5.11. Em situações excepcionais, devido à urgência ou impossibilidade, devidamente justificadas, de se obter 3 (três) orçamentos, poderá a contratada, mediante autorização prévia da fiscalização do contrato, realizar pesquisa de preços com menos de três fornecedores distintos para cada item a ser adquirido.

5.12. À fiscalização do contrato reserva-se o direito de recusar a pesquisa de preços apresentada pela CONTRATADA, quando os preços apresentados forem superiores aos praticados no mercado, cabendo ao Fiscal do Contrato realizar pesquisa de preços que demonstre a não vantajosidade da proposta apresentada pela CONTRATADA.

5.13. O procedimento de ressarcimento de aquisição de peças descrito, justifica-se em razão da inviabilidade prática de planejamento, aquisição, armazenamento e controle de dezenas de itens de pequeno e médio valor, que poderiam nem ser utilizados. Com esse formato, visa-se prestigiar os princípios da eficiência e economicidade, adquirindo-se materiais conforme a demanda do serviço. A não utilização desta sistemática exigiria que a Administração efetuasse procedimento de compra cada vez que necessitasse da substituição imediata de uma peça ou material não disponível no estoque. Como o procedimento de licitação para a compra de materiais exige o cumprimento de diversas fases, o que demanda tempo, haveria muitas



ocasiões em que a necessidade não seria atendida tempestivamente, ocasionando transtornos ao andamento dos serviços, notadamente em situações de urgência.

5.14. Todos os materiais/peças de reposição, componentes e insumos deverão ser novos (sem uso) e originais do fabricante dos equipamentos, ou, em não sendo de fabricação deste, devem ser por ele(s) recomendado.

5.15. A CONTRATADA deverá manter em seu estoque uma quantidade de peças sobressalentes, que de forma razoável, seja suficiente para assegurar o cumprimento dos prazos estipulados neste instrumento.

5.16. A CONTRATADA dará garantia total, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a todos os materiais, peças e insumos fornecidos para o cumprimento do objeto deste instrumento, instalados ou não, nos termos do art. 26 do Código de Defesa do Consumidor.

5.17. Na hipótese de emprego pela CONTRATADA de componentes, peças e insumos com prazo de garantia do fabricante já vencido, ficará esta obrigada a assumir a garantia integral pelo prazo idêntico ao estabelecido pelo fabricante, respeitado o prazo mínimo disposto no item 5.78.

5.18. Serão aceitos pela CONTRATANTE o fornecimento de componentes, peças e insumos de qualidade superior ao substituído, notadamente nos casos em que se fizer necessário a melhoria das instalações, observados os aspectos técnicos de compatibilidade, segurança e viabilidade econômica.

5.19. Fica estabelecido que as peças novas colocadas em substituição às defeituosas tornar-se-ão de propriedade do CONTRATANTE.

5.20. A CONTRATADA deverá, sempre que solicitada pela CONTRATANTE, apresentar os documentos (Notas Fiscais) e certificados que comprovem a origem e as especificações dos componentes, peças e insumos a serem aplicados nos equipamentos, sendo que as citadas notas fiscais deverão estar acompanhadas de documentos de garantia do fabricante, quando este for de fornecimento regular pelo vendedor ou pelo próprio fabricante.

5.21. Os materiais e insumos a serem empregados nas manutenções (corretivas e preventivas) deverão, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, ser submetidos a sua apreciação e aprovação, bem assim, as peças substituídas deverão ser entregues ao representante da CONTRATANTE para aferição de suas condições de uso.

5.22. Não será admitido o emprego de componentes, materiais, peças de reposição e insumos reconicionados e/ou reaproveitados de outras instalações/equipamentos, sob pena de aplicação das penalidades previstas contratualmente e da imediata substituição do(s) mesmo(s), sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

5.23. Para efeito de cobertura do contrato, consideram-se excluídos, unicamente, as peças, partes e componentes danificados por operação inadequada dos usuários e para a qual não tenha concorrido de qualquer modo a CONTRATADA, ou seja, terão coberturas todas as partes, peças, componentes e insumos que isoladamente ou em conjunto com outras sejam essenciais ao correto funcionamento do equipamento, como por exemplo: motor, placa de comando, baterias, sensores, botoeiras, instrumentos, polias, correias, filtros, etc., assim como, todas as demais peças não citadas, mas que tenham necessidade de substituição..

5.24. Se a CONTRATADA utilizar material/peça que não apresente equivalência construtiva, ou seja, de qualidade inferior ao substituído, deverá efetuar a substituição imediatamente, objetivando manter a equivalência construtiva, sem qualquer ônus a CONTRATANTE, e estará sujeita às sanções previstas em contrato.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta



5.25. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.25.1 Os valores constantes na planilha de custos para a manutenção corretiva serão pagos mensalmente independentemente da ocorrência ou não de eventos corretivos.

5.25.1.1. Nos meses em que a carga horária da manutenção corretiva for superior a estimada na planilha de custos, somente serão pagos os valores constantes da proposta de preços.

5.25.1.2. Nos meses em que a carga horária da manutenção corretiva for inferior a estimada na planilha de custos, ainda assim serão pagos os valores constantes da proposta de preços integralmente.

5.25.1.3. A justificativa para esse tipo de contratação reside na primícia de que uma excelente manutenção preventiva evitará as corretivas, evitando dessa forma maiores gastos com peças de reposição.

5.25.1.4. A metodologia acima é a utilizada no Manual de Conservação de Ativos da Receita Federal do Brasil.

5.25.2 Os valores constantes na planilha de custos para a manutenção corretiva somente não serão pagos se a Administração entender por bem, e temporariamente, suprimir os eventos corretivos. Quando do retorno destes as parcelas suspensas anteriormente serão pagas cumulativamente com a do mês vigente.

5.25.3 O BDI para ressarcimento das peças e materiais será de 15,28% (quinze inteiros e vinte oito centésimos por cento).

5.25.4 As Quantidade de horas de manutenção preventiva e sua distribuição anual prevista para o sistema de ar-condicionado central são:

QUANTIDADE DE HORAS

Frequência	Qtde. Atividades	Qtde Horas/ano
Mensal	2636	4910,80
Bimestral	30	16,40
Trimestral	1400	1635,47
Semestral	208	173,00
Diária	2	1004,00
Anual	44	22,93
Total Geral	4320	7762,60

Mês												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Horas	409,23	409,23	409,23	409,23	409,23	409,23	409,23	409,23	409,23	409,23	409,23	409,23
		2,73		2,73		2,73		2,73		2,73		2,73
	408,87			408,87			408,87			408,87		
		86,50						86,50				
	83,67	83,67	83,67	83,67	83,67	83,67	83,67	83,67	83,67	83,67	83,67	83,67
Total	901,77	582,13	492,90	904,50	515,83	495,63	901,77	582,13	492,90	904,50	492,90	495,63

5.25.5 As Quantidade de horas de manutenção preventiva e sua distribuição anual prevista para o sistema de ar-condicionado individual (split) são:

QUANTIDADE DE HORAS

Frequência	Qtde. Atividades	Qtde Horas/ano
Mensal	588	646,80
Trimestral	343	163,33
Semestral	196	31,03
Total Geral	1127	841,17

Mês												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Horas	53,90	53,90	53,90	53,90	53,90	53,90	53,90	53,90	53,90	53,90	53,90	53,90
	40,83			40,83			40,83			40,83		
		15,52						15,52				
Total	94,73	69,42	53,90	94,73	53,90	53,90	94,73	69,42	53,90	94,73	53,90	53,90

5.25.6 Quantidade estimada de horas de manutenção corretiva será de 2.150,94 horas/ano.

5.25.6.1. O proponente deverá dimensionar a equipe de atendimento com base nas especialidades e plano de manutenção preventiva especificado pela RFB. O tempo previsto no plano preventivo sempre representará no máximo 80% da dedicação da equipe/especialidade. Isso se deve a reserva de 20% do tempo da equipe/especialidade para alocação em corretivas, uma vez que, ainda será construído um histórico consistente para balizar a demanda corretiva.



5.25.7 Os materiais e serviços, dentre outros, que deverão ser considerados no serviço de manutenção preventiva são:

Tratamento Químico da Água Gelada e das bandejas de dreno dos fan-coils com fornecimento de produtos químicos (mensal);

Análise de qualidade do ar (semestral);

Filtro secador;

Óleo dos compressores e filtros (troca indicada por análise);

Graxas e óleos lubrificantes;

Glicol inibido;

Juntas de vedação;

Material isolante térmico, fitas, tintas e selantes.

5.25.8 São tarefas do tratamento químico da água gelada e das bandejas de dreno dos fan-coils com fornecimento de produtos químicos:

Execução de testes analíticos, de modo a verificar padrões pré-estabelecidos;

Lançamento de resultados em planilha;

Coleta de amostra e análise de água dos sistemas;

Adição de produtos de remoção de corpos estranhos da água;

Ajuste do PH na faixa ideal do tratamento;

Coleta de amostra e análise da água das bandejas de dreno dos fan-coils (50 unidades);

Aplicação de pastilhas micro biocidas nas bandejas dos fan-coils;

Eventual aplicação de produtos contra bactérias e fungos nas serpentinas.

5.25.9 Relação amostral das principais peças e componentes (reembolsáveis), com possibilidade de substituição quando da realização da manutenção corretiva:

5.25.9.1. Correias de transmissão, rolamentos, polias, mancais, rotores, eixos, acoplamentos, selos mecânicos, sensores, amortecedor de vibração, gás refrigerante, válvulas, filtro tela, botoeiras, placas eletrônicas, instrumentos.

5.25.10 A equipe mínima para qualquer atendimento deverá sempre ser composta com um Técnico de refrigeração e um Auxiliar técnico de refrigeração.

Especificação da garantia do serviço

5.26. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.27. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

Procedimentos de transição e finalização do contrato



5.28. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.28.1 Deverá ser disponibilizado histórico das intervenções realizadas durante o período contratual de cada ativo em meio digital.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa durante a execução do objeto contratual, no entanto não será necessária a manutenção deste, permanentemente, no local dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.9. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por meio de telefone, e-mail, forma escrita e reuniões.

6.10. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Rotinas de Fiscalização

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



- 6.13. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.19. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

- 6.20. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 6.22. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.22.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.22.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



6.22.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1 Execução acima de 96% das atividades do plano de manutenção preventiva previstas para o mês de apuração (indicador 1 detalhado no Anexo IV).

7.4.2 Execução acima de 96% das atividades solicitadas para o mês de apuração (indicador 2 detalhado no Anexo IV).

7.4.3 Cumprimento de mínimo 85% dos chamados corretivos com 1º atendimento dentro do prazo máximo estipulado para o mês de apuração (indicador 3 detalhado no Anexo IV).

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento:
- 7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
 - 7.10.2 O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência de peças e componentes utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
 - 7.10.3 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma, estiverem executados em sua totalidade.
- 7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e



a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:



7.26.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - AMPLO de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva será realizado mensalmente de acordo com o previsto no cronograma físico financeiro por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33.1 Os serviços de instalação e desinstalação de equipamentos serão pagos somente quando ocorrerem;

7.33.2 Os materiais serão ressarcidos conforme estipulado neste documento.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.



No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês 01 do ano de 2025.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA-A, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.45. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.46. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.48. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.49. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito



público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.50. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela mensal da manutenção corretiva e/ou corretiva, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 05% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.



8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 05% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação ainda por executar.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 01% (um por cento) a 05% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 01% (um por cento) a 05% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº



12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1 O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.3.2 Ainda que o regime de execução seja a empreitada por preço global, na presente licitação não serão permitidos valores unitários superiores ao da planilha paradigma.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:



Habilitação jurídica

- 9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício:
- 9.23.1 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação; e
- 9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

- 9.27. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 9.27.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.28. Registro ou inscrição da empresa no CREA ou CAU ou CRT, em plena validade;
- 9.28.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

- 9.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



9.29.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.29.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 12 (doze) meses do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.29.1.2. serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistema de ar-condicionado central.

9.29.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.29.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.30. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.31. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.32. Apresentação do(s) profissionais(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistema de ar-condicionado central e Supervisão/ Coordenação/Orientação técnica dos serviços, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de 1 (um) ano:

9.32.1 Engenheiro Mecânico ou Industrial modalidade mecânico ou Arquiteto ou Técnico em eletromecânica

9.32.2 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.33. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.34. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.565.668,53 (um milhão, quinhentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e três centavos).

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 170217;
- II) Fonte de recursos: 1032000000;
- III) Programa de trabalho: 04122003220000001- Administração da Unidade;
- IV) Elemento de despesa: 339039-16 e 339030-24; e
- V) Plano interno: OUTRCUSTEIO.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Estudo Técnico Preliminar 4/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 10280-730.2442024-51

2. Descrição da necessidade

O objetivo desse ETP é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva e operação do sistema de ar-condicionado (AVAC) de DRF/MNS, composto por central chiller a ar, unidades fan-coils e sistemas de bombeamento de água gelada, incluindo o fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios.

O sistema de ar-condicionado central do Complexo Fazendário de Manaus é fundamental para o funcionamento eficiente das atividades da Administração Pública, garantindo ambientes apropriados e confortáveis para o trabalho e o atendimento ao público. A manutenção regular é essencial para manter o desempenho técnico, assegurar a qualidade do ar e prevenir riscos à saúde dos ocupantes das áreas climatizadas.

A confiabilidade dos equipamentos, especialmente dos *chillers*, é vital para a climatização da sala de servidores de rede, protegendo informações críticas e garantindo o funcionamento ininterrupto dos sistemas. Devido à especificidade e à sensibilidade dos equipamentos, é indispensável a alocação de um profissional que execute as atividades diariamente.

A contratação deverá abranger serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, materiais de consumo, o tratamento químico da água gelada do sistema e a análise da qualidade do ar. A inexistência de pessoal técnico especializado no quadro funcional da Delegacia justifica a necessidade de contratar serviços de manutenção contínua, assegurando a economicidade, a segurança e o conforto dos usuários, bem como a integridade das instalações e dos equipamentos.

Dada a sofisticação e complexidade do sistema de ar-condicionado central, a manutenção deve ser realizada por profissionais devidamente qualificados, conforme as normas estabelecidas pelo conselho de classe específico.

A contratação desses serviços é respaldada pelo Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, que prevê que atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às competências legais do órgão ou entidade podem ser realizadas por meio de execução indireta. Além disso, está de acordo com a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26/05/2017, que estabelece as regras e diretrizes para a contratação de serviços sob regime de execução indireta na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Delegado DRF/Manaus	Eduardo Badaro Fernandes
Serviço de Programação e Logística SEPOL/MNS	Jurcleide Elaine Alonso da Silva Almeida
Serviço de Programação e Logística SEPOL/MNS	Aline Pozzetti Barros

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação terá natureza continuada, pois a manutenção da estrutura de climatização do Complexo Fazendário de Manaus pelo seu porte e valor de investimento inicial necessita de manutenção preventiva constante e eventualmente corretiva. A confiabilidade dos equipamentos, especialmente dos *chillers*, é fundamental para a climatização da sala de servidores de rede, protegendo informações críticas e garantindo o funcionamento ininterrupto dos sistemas, bem como o conforto térmico e bem estar dos servidores e atendimento ao público em geral.

O contrato terá a duração inicial de 12 meses prorrogáveis nos termos do Art. 107 da lei 14.133. A decisão pelo período de 12 meses iniciais se dá para a verificação, pela Administração, do desenvolvimento e eficiência do contratado na prestação dos serviços e sendo este satisfatório, realizar-se-á prorrogação nos termos da retrocitada Lei. Neste mesmo período será avaliado se o plano de manutenção preventiva está em acordo com as necessidades do sistema e sendo negativa a resposta, tal plano será ajustado.

Deverão ser utilizados os critérios de sustentabilidade relevantes e padronizados para o serviço em questão, conforme estabelecido no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU) em especial a pagina nº 269, o Caderno de Contratações Sustentáveis da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda (SPOA/MF), Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IN/SLTI /MPOG), relacionados as atividades de manutenção do sistema de ar-condicionado.

Não haverá transição contratual para o vencedor da licitação em função de não haver contrato hoje em vigor, mas deverá haver por parte da nova contratada a promoção da transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

No caso das peças somente deverão ser aceitas marcas indicadas pelo fabricante dos equipamentos e deverão ser sempre novas e de primeiro uso, não sendo aceitas as usadas ou recondicionadas.

5. Levantamento de Mercado

A primeira opção encontrada pela equipe de planejamento é a contratação de empresa especializada para manutenção de sistemas de climatização. A segunda seria a contratação de mão de obra exclusiva das categorias de mecânico e técnico em refrigeração. As duas opções são justificáveis visto que o órgão não dispõem em seu quadro funcional as categorias acima citadas.

A escolha da empresa especializada se dá em função de não existir no momento a possibilidade de contratação via concurso público das categorias citadas, além de que a responsabilidade técnica pela condução dos serviços seria da própria Administração, e ainda de todo o gerenciamento de aquisição de peças, que deveria ser através de licitação o que não traria a mesma agilidade de um particular contratado, e a possibilidade de realizar uma licitação para adquirir um estoque de peças traria o risco de muitas não serem utilizadas desperdiçando os recursos públicos.

A solução é facilmente atendida pelo mercado, garantindo assim a competitividade de um futuro processo licitatório.

6. Descrição da solução como um todo

O objeto da presente licitação constitui SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

Trata-se de atividades desempenhadas por engenheiro ou técnico especializado que importa em utilidade para a Administração, mas não constitui obra, ou seja, não importa em inovação ou alteração substancial do ambiente ou bem imóvel.

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é COMUM , sob a seguinte justificativa:

Trata-se de um conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional habilitado, engenheiro ou técnico especializado, que envolve o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, e cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente estabelecidos pela Administração, através de especificações usuais do mercado, bem como os serviços serão executados segundo a metodologia, os protocolos, técnicas e boas práticas conhecidas e regulamentadas em normas e a qualidade do trabalho será aferida e atestada através do confronto com as referidas normas técnicas, e mesmo que haja variações de metodológicas, estas não são determinantes para a obtenção do resultado planejado pela Administração.

Para a execução indireta do objeto, será adotado o regime de empreitada por preço global, de acordo com a justificativa abaixo:

Adotou-se a empreitada por preço global em virtude da definição das quantidades dos serviços a contratar, serem obtidas previamente com boa margem de precisão, bem como as medições e pagamentos serão realizados através de etapas pré-estabelecidas e de fácil aferição, priorizando o controle de qualidade da execução das atividades.

Na obtenção dos custos de referência foi observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021

No orçamento do presente serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, foram adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção).

Para os serviços não encontrados no SINAPI, foi realizada pesquisa de mercado, através da solicitação de orçamentos às empresas.

Foi consultada a Tabela de taxas de serviços do CONFEA para obtenção de custos de emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).

No orçamento de referência da presente licitação:

Foram adotadas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações, bem como, composições "próprias", extraídas de fontes extra-SINAPI, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos.

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos

Para a execução dos serviços não há previsão de gastos consideráveis relacionados ao custo do capital decorrente da necessidade de financiamento exigida pelo fluxo de caixa da contratação, sendo que para o orçamento em questão não há impactos financeiros imediatos consideráveis que possa afetar o caixa da contratada, implicando na necessidade de elevado capital de giro a ser aplicado, destacando que os serviços previstos não incidem a necessidade de aquisição de grande volume de insumos de características materiais ou equipamentos.

Para a contratação em questão foi utilizado BDI reduzido de 15,28% para custo de materiais de manutenção corretiva, pois não há previsão de aquisição de materiais de grande relevância, como mero repasse da contratada.

Cabe destacar, que esta contratação prevê a manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar condicionado, motivo pelo qual não há necessidade de elaboração de projetos.

Em atendimento às exigências previstas no inciso II, do artigo 62 e inciso V do artigo 67, ambos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como em atendimento a Resolução CONFEA nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, Resolução CAU/BR nº 28, de 06 de julho de 2012 e Resolução CFT nº 53, de 18 de janeiro de 2019 - Registro de pessoa jurídica nos CRTs, serão solicitados registro da empresa licitante juntos aos órgãos responsáveis, conforme legislações vigentes.

Será exigido atestado de capacidade técnico-operacional que comprove a experiência da empresa na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva e operação do sistema de ar-condicionado (AVAC), composto por central chiller a ar, unidades fan-coils e sistemas de bombeamento de água gelada. O atestado deverá evidenciar um histórico mínimo de 12 meses de atuação nesses serviços.

Será permitido o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional, o qual se justifica pela necessidade de ampliar a competitividade e a participação de um maior número de empresas no processo de contratação, sem comprometer a qualificação técnica exigida. O somatório de atestados permite que empresas que, individualmente, já tenham executado serviços em menor escala ou em diferentes contratos possam comprovar, de forma agregada, a sua experiência na execução de serviços similares ao objeto da contratação.

SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o cargo de Engenheiro Mecânico ou industrial modalidade mecânico ou técnico em eletromecânica ou arquiteto: serviços de Supervisão e Manutenção de equipamentos de ar condicionado;

A contratada deverá dispor de Instalações, aparelhamento e pessoal técnico suficientes e necessários para o pleno desempenho satisfatório e com atendimento ao nível de qualidade almejado pela contratante. Destacando que as instalações e aparelhamento deverão atender aos requisitos mínimos para que a produtividade da equipe atenda o cronograma do contrato e a equipe técnica possua expertise para a execução das atividades de modo a evitar retrabalhos, sendo exigido no mínimo a presença de 01 engenheiro mecânico ou 01 arquiteto ou técnico em eletromecânica para conduzir e orientar as atividades, ao menos 01 técnico /mecânico de refrigeração e 01 auxiliar técnico de refrigeração para execução das manutenções.

A empresa licitante poderá realizar vistoria no local para tomar conhecimento das condições locais para realizar a formulação de sua proposta ou poderá apresentar declaração que possui pleno conhecimento das condições de execução do objeto, de modo que se responsabilizará pelos valores apresentados em sua proposta, bem como não poderá alegar quaisquer questionamentos futuros que ensejem em desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, que implique na solicitação de revisão, reequilíbrio econômico-financeiro e/ou de termo aditivo ao contrato em virtude da eventual não realização de vistoria no local. Cabe salientar, que não foi exigida a obrigatoriedade da vistoria para não restringir o caráter competitivo da licitação.

Admitir-se-á a subcontratação parcial de serviços específicos, tais como: análise da qualidade interna do ar e tratamento químico da água gelada e das bandejas de dreno dos fan-coils. Estes serviços poderão ser subcontratados em virtude da exigência de utilização de materiais /equipamentos específicos, assim como a necessidade de profissionais com perícia, habilidades e conhecimentos específicos. Tais subcontratações não deverão exceder o limite de 30% do valor total do contrato e dependerá da autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto conforme §1º do Art. 122, da lei 14.133 de 2021. Serviços não relacionados anteriormente, poderão ser subcontratados, desde que previamente autorizados pela FISCALIZAÇÃO.

Será exigida a comprovação de patrimônio líquido visando garantir que a empresa interessada tenha condições financeiras sólidas para executar o contrato pretendido.

Ao solicitar a comprovação do patrimônio líquido, a administração pública busca assegurar que a empresa contratada tenha a capacidade financeira necessária para cumprir com as obrigações do contrato, evitando possíveis problemas de inadimplência.

Essa medida visa garantir a escolha de fornecedores que possuam solidez financeira, reduzindo os riscos de problemas durante a execução do contrato.

Adotou-se o percentual de 5% para a comprovação de patrimônio líquido mínimo sobre o valor total estimado, para aumentar ao máximo a segurança financeira da contratação.

VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

É prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/21, que em seu artigo 15 atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela

promovidas. No mesmo sentido, os Acórdãos 2813/2004 – Primeira Câmara, 1917/2003 - Plenário, e 159/2003 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União – TCU.

O Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento que a participação de consórcios tem como fundamento a ampliação da concorrência e aplica-se às licitações para contratação de obras de grande vulto ou de alta complexidade.

No que respeita ao objeto do presente documento, o serviço é comum, e não se justifica a formação de empresas consorciadas para atenderem às qualificações técnicas a serem exigidas na fase habilitação.

Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para este caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade, moralidade e razoabilidade.

Será proibida a participação de cooperativas, pois os serviços a serem contratados, pela natureza e pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, exige que haja necessidade da vinculação/subordinação dos obreiros com a pessoa jurídica contratada, inclusive de pessoalidade e habitualidade.

Diante da grande relevância da contratação para o planejamento estratégico da SRRF02, faz-se necessária a apresentação da garantia da execução de modo a visar a cobertura de indenização por eventual falha ou dano causado na prestação dos serviços. Será exigida garantia de 5% sobre o valor contratado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Será contratada a manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças.

A manutenção preventiva seguirá o plano elaborado pela Engenheira Roberta Tamara da Costa Nery de Oliveira, da Seção de Obras e Serviços de Engenharia (SAENG) que foi elaborado em conformidade com o Manual de Manutenção de Ativos da Receita Federal do Brasil.

Já a manutenção corretiva é a estimativa de 20% do valor estabelecido para a preventiva, isso seguindo, também, a orientação do Manual de Manutenção de Ativos.

No caso das peças a serem utilizadas não há como fazer uma previsão pois não se pode mensurar com exatidão as peças que serão necessárias para determinada ação corretiva. O valor estimado para a aquisição das peças é de 30% sobre o valor total dos serviços preventivos e corretivos.

As peças só serão adquiridas pela contratante, e pagas, se efetivamente utilizadas.

As estimativas de necessidades foram elaboradas em função da demanda efetuada pelo Serviço de Programação e Logística (SEPOL) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus-AM (DRF/MNS) para atender aos equipamentos relacionados abaixo:

BLOCO A		
DESCRIÇÃO	QTD	DETALHES (Marca, modelo...)
Chiller	2	Marca Carrier, linha Aquasnap, modelo 30RBA120386, capacidade de 120 TR e de condensação a ar.
Bombas de água gelada	5	Sistema composto por 05 bombas, 03 primárias (BAGP) e 02 secundárias (BAGS). Dentre as primárias, 02 operam e 01 é reserva. Dentre as secundárias, 01 opera e 01 é reserva.
Bomba de Água Reposição (tratamento d'água)	2	Marca Dancor 0,5 CV
Fan-Coils (Prédio)	20	Springer Carrier
Fan-Coils (filtragem do ar)	4	Carrier 8 TR
Fan-Coils (Servidor - térreo)	2	Carrier 10 TR
Fancoletes cassetes hidrônicos	10	Springer Carrier, 42.000 BTU ou 3,5 TR
Quadros elétricos de comando geral	1	---

BLOCO B		
DESCRIÇÃO	QTD	DETALHES (Marca, modelo...)
Chiller	2	Marca Carrier, linha Aquasnap, modelo 30RBA120386, capacidade de 120 TR e de condensação a ar.
Bombas de água gelada	5	Sistema composto por 05 bombas, 03 primárias (BAGP) e 02 secundárias (BAGS). Dentre as primárias, 02 operam e 01 é reserva. Dentre as secundárias, 01 opera e 01 é reserva.
Bomba de Água Reposição (tratamento d'água)	2	Marca Dancor 0,5 CV
Fan-Coils (Prédio)	20	Springer Carrier
Fan-Coils (filtragem do ar)	4	Carrier 8 TR
Fan-Coils (Servidor - térreo)	2	Carrier 10 TR
Fancoletes cassetes hidrônicos	10	Springer Carrier, 42.000 BTU ou 3,5 TR
Quadros elétricos de comando geral	1	---

TÉRREO		
DESCRIÇÃO	QTD	DETALHES (Marca, modelo...)
Splits Guarita	3	24000 BTUs – GREE – Modelo GWC24MD-DINNA3C/O
Split sala de armamento	1	12000 BTUs – PIONNER – Modelo KF-32W/X PN
Split sala de armamento	1	24000 BTUs – PIONNER – Modelo KF-70W/B PN

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.538.075,08

O valor total estimado para a contratação, com duração de 12 (doze) meses, é de R\$ 1.538.075,08 (Um milhão, quinhentos e trinta e oito mil, setenta e cinco reais e oito centavos). A estimativa foi realizada pela Engenheira da SAENG Roberta Tamara da Costa Nery de Oliveira, Matrícula SIAPE 3372381.

O preço estimado foi definido de acordo com o plano de manutenção estabelecido pela DIENG, que adota a metodologia descrita no Manual de Manutenção de Ativos da RFB (Anexo-1), e foi calculado através da quantidade de horas necessárias para realização das manutenções descritas no plano em função das quantidades de equipamentos e serviços. Ressalte-se que

tanto o plano de manutenção como o Manual de Manutenção de Ativos são de uso de todas as unidades da RFB.

A composição dos valores dos serviços foi realizada com base no total de horas dos profissionais, conforme o plano de manutenção preventiva, e nos valores da hora dos profissionais estabelecidos pelo SINAPI.

Para a manutenção corretiva, os valores foram calculados considerando 20% das horas da manutenção preventiva, multiplicado pelo valor da hora dos profissionais conforme planilhas do SINAPI. O percentual acima está em acordo com o Manual de Conservação de Ativos da RFB que estabelece o limite máximo de 30%.

O valor da anuidade do CREA foi obtido diretamente no site do CREA-AM, sendo este um item obrigatório para a prestação de serviços de engenharia.

No caso de alguns serviços específicos, como Análise da Qualidade do Ar e Tratamento Químico de Água Gelada, a definição dos valores foi feita por meio de pesquisa direta junto a fornecedores, mediante solicitação formal de cotação.

Essa abordagem foi escolhida por se tratar de serviços especializados, exigindo que as empresas possuam expertise na área. Dessa forma, fica garantida que a administração pública contrate serviços de alta qualidade técnica, atendendo melhor às necessidades do órgão, além disso, não foram encontradas contratações similares no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Os preços coletados foram os abaixo:

Análise da qualidade do ar

Empresa 1 R\$ 4.900,00

Empresa 2 R\$ 4.161,60

Empresa 3 R\$ 9.763,45

Tratamento químico da água gelada

Empresa 1 R\$ 25.828,72

Empresa 2 R\$ 26.800,00

O método matemático aplicado para a definição do valor estimado foi o cálculo da mediana. Sendo o valor estimado total do serviço de Análise da Qualidade do Ar R\$ 4.900,00 e do serviço de Tratamento Químico da Água Gelada R\$ 26.314,36.

O orçamento bem como suas planilhas acessórias estão anexados a este documento (Anexo-2).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O serviço envolve um conjunto de trabalhos técnicos específicos, os quais são indivisíveis devido à sua natureza integrada e à absoluta necessidade de compatibilidade entre as partes envolvidas. Essa característica torna inaplicável a divisão do serviço em diferentes itens, sendo essencial que todas as etapas sejam executadas de forma coordenada e contínua.

A licitação será organizada em grupo único, de modo que todos os serviços sejam vinculados a um único contrato e a um único fornecedor, em razão da total interação e interdependência entre os serviços envolvidos. Essa abordagem assegura a coordenação unificada do contrato, redução de riscos, economia de recursos financeiros e maior agilidade na tomada de decisões. Dessa forma, o parcelamento do objeto não se apresenta como uma opção viável.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

Esta contratação tem como objetivo substituir e aprimorar o contrato vigente, firmado por meio do processo administrativo nº 1028.3722804/2019-14, o qual já atingiu o limite de prorrogação contratual previsto na antiga Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 8.666/93.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Há previsão dessa natureza de despesa no Plano Contratações Anual – PCA 2025, conforme itens 91, 93, 100 e 101, Classe 871 - Serviço de Manutenção e reparo de produtos fabricados de metal, maquinaria e equipamentos e 92 Classe 4130 - Componentes de Equipamentos para Refrigeração e Ar Condicionado .

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A NBR 16401, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), define os parâmetros básicos para projetos de instalações centrais de ar-condicionado destinadas ao conforto, recomendando uma faixa de temperatura interna entre 23°C e 25°C. Dado que o clima da região de Manaus-AM é equatorial, com temperaturas elevadas ao longo de todo o ano, torna-se imprescindível que os ambientes de trabalho e atendimento ao contribuinte no Complexo Fazendário sejam adequadamente climatizados por sistemas de ar-condicionado.

Além disso, é fundamental assegurar a preservação do patrimônio público por meio de acompanhamento e manutenção periódica dos equipamentos de climatização, garantindo seu desempenho adequado e garantindo sua vida útil. Assim, os benefícios esperados com esta contratação incluem a preservação das condições ideais de funcionamento dos sistemas de climatização das unidades da RFB, assegurando a continuidade das atividades finalísticas da Administração Pública, bem como maior conforto e bem-estar aos servidores e usuários do sistema.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias novas adequações para que a contratação produza efeitos, considerando que o objetivo é substituir e aprimorar o contrato vigente, firmado por meio do processo administrativo n.º 1028.3722804/2019-14. Como este contrato já atingiu o limite de renovações permitido pela Lei n.º 8.666/93, torna-se imprescindível a realização de um novo processo licitatório. Essa medida visa selecionar, em tempo hábil, um novo fornecedor, garantindo a continuidade dos serviços sem interrupções.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar-condicionado otimiza sua capacidade de resfriamento, evitando a sobrecarga de equipamentos e promovendo uma distribuição equilibrada de trabalho. Essa prática reduz o consumo de energia elétrica, gerando economia financeira e minimizando impactos ambientais. Além disso, proporciona maior conforto térmico aos servidores e usuários, em conformidade com a Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018.

Existem critérios de sustentabilidade relevantes e padronizados para o serviço em questão, conforme estabelecido no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis em especial pagina nº 269, também no Caderno de Contratações Sustentáveis da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda (SPOA/MF), e na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IN/SLTI/MPOG).

Adicionalmente, os licitantes devem se familiarizar com o Guia de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), assegurando que as atividades relacionadas à manutenção do sistema de ar-condicionado estejam em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis. Assim como a Administração Pública, os licitantes deverão observar a obediência às políticas sustentáveis em seus instrumentos convocatórios e na gestão do contrato, garantindo que todos os aspectos do serviço sejam executados de maneira ambientalmente responsável e em alinhamento com as práticas de sustentabilidade exigidas.

1. Exigir, nos instrumentos convocatórios, que os modelos dos bens fornecidos estejam classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), salvo quando não existir, no período de aquisição, um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados com a ENCE classe "A" para a sua categoria.
2. Vedar oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.
3. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes: a) não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias; b) durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as

- substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração; c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final; d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável; e) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402; f) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução; g) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente: g. 1) quando a SDO recolhida for o CFC[1]12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração. g.2) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.
4. Otimizar recursos e reduzir desperdícios e poluição: a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; c) Racionalização /economia no consumo de energia e água; d) Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva, determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços; e) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e f) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.
5. Sustentabilidade na execução dos serviços quando couber: a) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; c) Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento; d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; e) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; f) Respeitar as Normas Brasileiras

(NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e g) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas informações apresentadas, e com especial ênfase na solução de mercado selecionada, desde que existam recursos disponíveis, a Equipe de Planejamento **considera a contratação como uma medida viável** para atender de forma eficaz às necessidades e interesses da Receita Federal do Brasil.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDO ANTONIO CORREA DE ALMEIDA JUNIOR

Agente de contratação

ROBERTA TAMARA DA COSTA NERY DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

WALTER SALEMA MAIA PRADO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 23/06/2025 às 17:43:37.

ANEXO 01 - PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA - AR CONDICIONADO CENTRAL - MANAUS

Preventiva																		
Modalidade	Sistema	Família	Tipo	Equipamento	Componente	Item	Verificações e Serviços	Unid.	Qtde.	Unid. Prod.	Frequencia	ff	Duração [min]	Qtde. Horas/ano	Cargo1	CBO1	Cargo2	CBO2
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Gabinete	1	Efetuar limpeza externa da estrutura e componentes.	CJ	4	min/cj	T	4	60	16,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Instrumentos	2	Efetuar limpeza externa dos instrumentos de controle.	CJ	4	min/cj	M	12	15	12,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Geral	3	Efetuar teste de operação do equipamento.	CJ	4	min/cj	M	12	10	8,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Controladora	4	Diagnóstico completo de funcionameto do sistema utilizando o software de monitoramento do fabricante e gerar relatório.	CJ	4	min/cj	M	12	10	8,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Parâmetros operacionais	5	Medir e registrar a corrente elétrica de operação do moto ventilador.	Unid	28	min/cj	A	1	2	0,93	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Parâmetros operacionais	6	Medir e registrar a corrente elétrica de operação.	Unid	4	min/unid	M	12	5	4,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Parâmetros operacionais	7	Medir e registrar a pressão do gás refrigerante na descarga dos compressores.	Unid	20	min/unid	M	12	5	20,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Parâmetros operacionais	8	Medir e registrar a pressão do gás refrigerante na sucção dos compressores.	Unid	20	min/unid	M	12	5	20,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Parâmetros operacionais	9	Medir e registrar a tensão elétrica de alimentação e dos moto ventiladores.	Unid	28	min/unid	M	12	5	28,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Parâmetros operacionais	10	Medir e registrar as temperaturas do ar na entrada e na saída da serpentina.	Unid	4	min/unid	M	12	5	4,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Parâmetros operacionais	11	Medir e registrar as temperaturas e pressões, na condição de plena vazão de ambos os fluidos nos pontos de entrada e de saída.	Unid	4	min/unid	M	12	5	4,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Tubulação de água refrigerad	12	Purgar o ar do lado líquido refrigerado.	Unid	4	min/unid	T	4	10	2,67	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Instrumentos	13	Registrar e informar quais os instrumentos de controle necessitam de calibração ou substituição.	CJ	4	min/cj	M	12	5	4,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Instrumentos	14	Verificar a operação dos dispositivos de controle e segurança.	CJ	4	min/cj	M	12	10	8,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Elétrica	AVAC	Painéis Elétricos	Comando e con	Painel do Chiller	Geral	15	Verificar aperto e contato de bornes e conexões.	CJ	4	min/cj	T	4	20	5,33	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Drenos de piso	16	Verificar e desobstruir o sistema de drenagem (ralos/canaletas) e eliminar retenção de água do piso da casa de máquinas.	CJ	4	min/cj	M	12	10	8,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Condensador	17	Verificar e eliminar agentes que possam prejudicar a troca térmica.	CJ	4	min/cj	M	12	10	8,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Compressor	18	Verificar e eliminar vazamento de óleo e gás refrigerante.	CJ	20	min/cj	M	12	10	40,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Rede Frigorígena	19	Verificar e eliminar vazamentos do circuito refrigerante.	CJ	4	min/cj	M	12	2	1,60	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Compressor	20	Verificar e eliminar vibrações e ruídos anormais nos compressores	Unid	20	min/unid	M	12	10	40,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Ventilador	21	Verificar e eliminar vibrações e ruídos anormais nos ventiladores	Unid	28	min/unid	T	4	5	9,33	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Compressor	23	Verificar e, caso necessário, substituir os amortecedores de vibração.	CJ	20	min/cj	S	2	10	6,67	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Elétrica	AVAC	Painéis Elétricos	Comando e con	Painel do Chiller	Geral	24	Verificar estado de conservação dos contatos e componentes elétricos.	CJ	4	min/cj	M	12	15	12,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Rede Frigorígena	25	Verificar estado de conservação e operação do filtro secador e substituir se necessário.	CJ	4	min/cj	M	12	5	4,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Rede Frigorígena	26	Substituir o filtro secador.	CJ	16	min/cj	T	4	2	2,13	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Elétrica	AVAC	Painéis Elétricos	Comando e con	Painel do Chiller	Geral	27	Verificar fiação de alimentação.	CJ	4	min/cj	M	12	5	4,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Ventilador	28	Verificar o aterramento elétrico dos motoventiladores.	Und	28	min/und	T	4	5	9,33	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Gabinete	29	Verificar o estado de conservação da estrutura.	CJ	4	min/cj	A	1	30	2,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Instrumentos	30	Verificar o estado de conservação dos instrumentos de controle.	CJ	4	min/cj	S	2	5	0,67	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Elétrica	AVAC	Painéis Elétricos	Comando e con	Painel do Chiller	Geral	31	Verificar o estado de conservação e operação das botoeiras e/ou chaves de comando.	CJ	4	min/cj	M	12	2	1,60	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ventilação Mecânica	Central_Chiller	Chiller a ar	Geral	32	Verificar o funcionamento do aquecedor do óleo.	CJ	4	min/cj	M	12	5	4,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ventilação Mecânica	Central_Chiller	Chiller a ar	Instrumentos	34	Verificar o funcionamento dos dispositivos de segurança e proteção.	CJ	4	min/cj	M	12	15	12,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15

Duração															Qtde.			
Modalidade	Sistema	Família	Tipo	Equipamento	Componente	Item	Verificações e Serviços	Unid.	Qtde.	Unid. Prod.	Frequencia	ff	[min]	Horas/ano	Cargo1	CBO1	Cargo2	CBO2
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Geral	35	Verificar o nível e pressão de óleo e a carga gás refrigerante.	CJ	4	min/cj	T	4	20	5,33	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Geral	36	Acompanhamento/coleta para Análise do óleo para verificar a necessidade de troca.	CJ	4	min/cj	S	2	20	2,67	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Geral	37	Trocar o óleo e filtro na ocorrência de algum evento que a exija conforme recomendação do fabricante ou indicação da análise.	CJ	4	min/cj	A	1	60	4,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Ventilador	38	Verificar o sentido de rotação do moto ventilador.	CJ	28	min/cj	M	12	2	11,20	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Rede Frigorígena	39	Verificar o visor de líquido quanto ao regime de fluxo de refrigerante e indicação de umidade.	Unid	4	min/und	M	12	2	1,60	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Instrumentos	40	Verificar se os instrumentos de controle estão fornecendo informações coerentes com a grandeza medida.	CJ	4	min/cj	M	12	15	12,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Parâmetros operacionais	41	Ajustar parâmetros operacionais.	CJ	4	min/cj	M	12	25	20,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Geral	42	Inspeccionar as conexões do sistema de lubrificação.	CJ	4	min/cj	M	12	10	8,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Elétrica	AVAC	Painéis Elétricos	Comando e con	Painel do Chiller	Geral	43	Realizar termografia dos componentes elétricos e eletrônicos. Registrar e avaliar as imagens termográficas. Realizar a medição em regime permanente de funcionamento.	CJ	4	min/cj	S	2	10	1,33	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Rede Frigorígena	44	Reapertar conexões do circuito refrigerante.	CJ	4	min/cj	T	4	15	4,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Rede Frigorígena	45	Medir o ciclo de subresfriamento e ajustar se necessário.	CJ	4	min/cj	M	12	15	12,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Rede Frigorígena	46	Medir o ciclo de superaquecimento e ajustar se necessário.	CJ	4	min/cj	M	12	15	12,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Rede Frigorígena	48	Verificar a operação das válvulas e registros do circuito refrigerante.	CJ	4	min/cj	T	4	10	2,67	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Rede Frigorígena	50	Verificar e eliminar a existência de danos e focos de corrosão no circuito refrigerante.	CJ	4	min/cj	T	4	10	2,67	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Elétrica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Geral	51	Verificar e eliminar danos externos nos compensadores de vibração.	Unid	4	min/unid	M	12	5	4,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Elétrica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Compressor	52	Verificar e eliminar foco de corrosão do compressor.	Unid	20	min/unid	T	4	5	6,67	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Instrumentos	53	Verificar e eliminar focos de corrosão dos instrumentos de controle.	CJ	4	min/cj	M	12	10	8,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Ventilador	54	Verificar e eliminar sujeira, danos e focos de corrosão das pás do ventilador.	Unid	28	min/und	M	12	5	28,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Compressor	55	Verificar e eliminar sujidade externa e danos no compressor.	Unid	20	min/unid	M	12	5	20,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Ventilador	56	Verificar e lubrificar as buchas ou rolamentos do moto ventilador.	Unid	28	min/unid	B	6	3	8,40	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Rede Frigorígena	57	Verificar e reparar os danos no isolamento térmico das tubulações do circuito refrigerante.	CJ	4	min/cj	M	12	5	4,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Geral	58	Verificar o funcionamento das válvulas de serviço.	CJ	4	min/cj	M	12	5	4,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Geral	59	Verificar o funcionamento do separador de óleo.	CJ	4	min/cj	M	12	10	8,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Geral	60	Verificar o isolamento térmico dos componentes (inspeção visual).	CJ	4	min/cj	T	4	5	1,33	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Instrumentos	61	Verificar os fluxos dos fluidos refrigerante e refrigerado.	CJ	4	min/cj	M	12	5	4,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Condensador	62	Verificar, efetuar limpeza externa e pentear a serpentina.	CJ	4	min/cj	T	4	30	8,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Compressor	63	Medir e registrar a temperatura do gás refrigerante na descarga do compressor.	CJ	20	min/cj	M	12	2	8,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Compressor	64	Medir e registrar a temperatura do gás refrigerante na sucção do compressor.	CJ	20	min/cj	M	12	2	8,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Rede Frigorígena	66	Verificar a ancoragem da tubulação do circuito refrigerante e componentes.	CJ	4	min/cj	T	4	5	1,33	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Instrumentos	67	Verificar a fixação de sensores e bulbos.	CJ	4	min/cj	M	12	10	8,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Evaporador	68	Verificar a operação da válvula de expansão.	CJ	4	min/cj	M	12	5	4,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Gabinete	69	Verificar e eliminar focos de corrosão e reparar a pintura da estrutura.	CJ	4	min/cj	T	4	10	2,67	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Gabinete	70	Verificar e reparar o isolamento termo acústico.	CJ	4	min/cj	T	4	10	2,67	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Compressor	71	Verificar elasticidade dos coxins de borracha dos compressores.	Unid	20	min/unid	S	2	5	3,33	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15

Modalidade	Sistema	Família	Tipo	Equipamento	Componente	Item	Verificações e Serviços	Unid.	Qtde.	Unid. Prod.	Frequencia	ff	Duração [min]	Qtde. Horas/ano	Cargo1	CBO1	Cargo2	CBO2
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Condensador	72	Verificar e eliminar focos de corrosão da serpentina.	CJ	4	min/cj	T	4	10	2,67	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Condensador	73	Efetuar tratamento químico da serpentina, de modo a desobstruí-la.	CJ	4	min/cj	A	1	120	8,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Geral	74	Medir e registrar a resistência de isolamento dos motores.	Unid	4	min/unid	S	2	5	0,67	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Chiller a ar	Evaporador	76	Limpar o evaporador	CJ	4	min/cj	A	1	120	8,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Instrumentos	77	Efetuar limpeza externa dos instrumentos de controle.	CJ	70	min/cj	M	12	5	70,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Gabinete	78	Efetuar limpeza interna e externa do gabinete.	CJ	70	min/cj	M	12	20	280,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Geral	79	Efetuar teste de operação do equipamento.	CJ	70	min/cj	M	12	5	70,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Ventilador	80	Lubrificar os rolamentos do motor.	CJ	70	min/cj	M	12	10	140,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Ventilador	81	Medir e registrar a corrente elétrica de operação do motor.	CJ	70	min/cj	M	12	5	70,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Ventilador	82	Medir e registrar a tensão elétrica de alimentação do motor.	CJ	70	min/cj	M	12	5	70,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Parâmetros operacionais	83	Medir e registrar as temperaturas da água gelada na entrada e na saída da serpentina.	CJ	70	min/cj	M	12	5	70,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Parâmetros operacionais	84	Medir e registrar as temperaturas do ar na entrada e na saída da serpentina.	CJ	70	min/cj	M	12	5	70,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Serpentina de resfriamento	85	Purgar o ar da serpentina.	CJ	70	min/cj	M	12	10	140,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Geral	86	Verificar a existência de ruídos e vibrações anormais, corrigindo caso necessário.	CJ	70	min/cj	M	12	5	70,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Ventilador	87	Verificar a fixação das polias.	CJ	70	min/cj	T	4	10	46,67	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Ventilador	88	Verificar a instalação e a fixação dos protetores das polias e correias.	CJ	70	min/cj	T	4	10	46,67	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Geral	89	Verificar e desobstruir o sistema de drenagem (ralos/canaletas) e eliminar retenção de água do piso da casa de máquinas.	CJ	70	min/cj	M	12	10	140,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Geral	90	Verificar e desobstruir o sistema de drenagem.	CJ	70	min/cj	M	12	5	70,00	Técnico de refrigeração	7257-05	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Gabinete	91	Verificar e eliminar focos de corrosão nas molduras e suportes.	CJ	70	min/cj	T	4	15	70,00	Técnico de refrigeração	7257-06	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-16
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Geral	92	Verificar e eliminar frestas no painel dos filtros.	CJ	70	min/cj	M	12	10	140,00	Técnico de refrigeração	7257-07	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-17
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Ventilador	93	Verificar e eliminar sujeira, danos e focos de corrosão da voluta e do rotor do ventilador.	CJ	70	min/cj	M	12	20	280,00	Técnico de refrigeração	7257-09	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-19
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Ventilador	94	Verificar e eliminar sujeira, danos e focos de corrosão do motor.	CJ	70	min/cj	M	12	10	140,00	Técnico de refrigeração	7257-10	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-20
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Ventilador	95	Verificar e eliminar vazamento de ar pela junção flexível do ventilador com a rede de dutos.	CJ	70	min/cj	M	12	10	140,00	Técnico de refrigeração	7257-11	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-21
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Serpentina de resfriamento	96	Verificar e limpar bandeja de captação da água de condensado da serpentina.	CJ	70	min/cj	M	12	20	280,00	Técnico de refrigeração	7257-12	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-22
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Ventilador	97	Verificar e limpar polias, correias e motor.	CJ	70	min/cj	T	4	20	93,33	Técnico de refrigeração	7257-13	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-23
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Geral	98	Verificar e reparar as instalações elétricas e hidráulicas da casa de máquinas.	CJ	70	min/cj	T	4	15	70,00	Técnico de refrigeração	7257-15	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-25
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Geral	99	Verificar e reparar as luminárias permitindo um nível de iluminação adequado para total visibilidade aos serviços de manutenção dos equipamentos.	CJ	70	min/cj	T	4	15	70,00	Técnico de refrigeração	7257-16	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-26
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Geral	100	Verificar e restabelecer a estanqueidade da casa de máquinas.	CJ	70	min/cj	T	4	30	140,00	Técnico de refrigeração	7257-17	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-27
Elétrica	AVAC	Painéis Elétricos	Comando e con	Painel do Fancoil	Geral	101	Verificar estado de conservação dos contatos e componentes elétricos.	CJ	70	min/cj	M	12	15	210,00	Técnico de refrigeração	7257-19	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-29
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Ventilador	102	Verificar o estado de conservação e o alinhamento das polias e correias (substituir se necessário).	CJ	70	min/cj	T	4	30	140,00	Técnico de refrigeração	7257-20	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-30
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Geral	103	Lavar o filtro de ar	CJ	70	min/cj	M	12	15	210,00	Técnico de refrigeração	7257-21	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-31
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Gabinete	105	Verificar o estado de conservação dos amortecedores de vibração.	CJ	70	min/cj	T	4	10	46,67	Técnico de refrigeração	7257-23	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-33
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Ventilador	106	Verificar o estado de conservação dos mancais e dos rolamentos do ventilador.	CJ	70	min/cj	T	4	20	93,33	Técnico de refrigeração	7257-25	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-35
Elétrica	AVAC	Painéis Elétricos	Comando e con	Painel do Fancoil	Geral	107	Verificar o estado de conservação e operação das botoeiras de comando.	CJ	70	min/cj	M	12	10	140,00	Técnico de refrigeração	7257-27	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-37

Modalidade	Sistema	Família	Tipo	Equipamento	Componente	Item	Verificações e Serviços	Unid.	Qtde.	Unid. Prod.	Frequencia	ff	Duração [min]	Qtde. Horas/ano	Cargo1	CBO1	Cargo2	CBO2
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Geral	108	Verificar o funcionamento do sistema de ventilação/exaustão da casa de máquinas.	CJ	70	min/cj	M	12	10	140,00	Técnico de refrigeração	7257-28	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-38
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Ventilador	109	Verificar o sentido de rotação do motor.	CJ	70	min/cj	M	12	10	140,00	Técnico de refrigeração	7257-30	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-40
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Ventilador	110	Verificar o tensionamento das correias.	CJ	70	min/cj	M	12	5	70,00	Técnico de refrigeração	7257-31	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-41
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Instrumentos	111	Verificar se os instrumentos de controle estão fornecendo informações coerentes com a grandeza medida.	CJ	70	min/cj	M	12	5	70,00	Técnico de refrigeração	7257-32	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-42
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Serpentina de resfriamento	112	Verificar, efetuar limpeza externa e pentear a serpentina.	CJ	70	min/cj	T	4	30	140,00	Técnico de refrigeração	7257-33	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-43
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Ventilador	113	Efetuar a lubrificação dos mancais do ventilador.	CJ	70	min/cj	M	12	10	140,00	Técnico de refrigeração	7257-34	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-44
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Gabinete	114	Eliminar foco de oxidação e pintar a bandeja de condensado.	CJ	70	min/cj	T	4	30	140,00	Técnico de refrigeração	7257-35	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-45
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Parâmetros operacionais	115	Medir e ajustar a vazão de ar circulante (insuflação/retorno/exterior).	CJ	70	min/cj	M	12	15	210,00	Técnico de refrigeração	7257-36	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-46
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Parâmetros operacionais	116	Medir e registrar a vazão do ar na serpentina.	CJ	70	min/cj	M	12	15	210,00	Técnico de refrigeração	7257-37	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-47
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Parâmetros operacionais	117	Medir e registrar as pressões da água gelada na entrada e na saída da serpentina.	CJ	70	min/cj	M	12	5	70,00	Técnico de refrigeração	7257-38	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-48
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Instrumentos	118	Verificar e eliminar focos de corrosão dos instrumentos de controle.	CJ	70	min/cj	M	12	10	140,00	Técnico de refrigeração	7257-40	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-50
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Gabinete	119	Verificar e reparar o isolamento termo acústico do gabinete.	CJ	70	min/cj	T	4	10	46,67	Técnico de refrigeração	7257-41	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-51
Elétrica	AVAC	Painéis Elétricos	Comando e con	Painel do Fancoil	Geral	120	Verificar o aterramento elétrico.	CJ	70	min/cj	T	4	5	23,33	Técnico de refrigeração	7257-42	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-52
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Válvula	121	Verificar o funcionamento e o estado de conservação das VAVs.	CJ	70	min/cj	M	12	5	70,00	Técnico de refrigeração	7257-43	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-53
Elétrica	AVAC	Painéis Elétricos	Comando e con	Painel do Fancoil	Geral	122	e avaliar as imagens termográficas. Realizar a medição em regime permanente de funcionamento.	CJ	70	min/cj	S	2	10	23,33	Técnico de refrigeração	7257-44	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-54
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Geral	123	Verificar o estado de conservação do isolamento termo acústico da casa de máquinas.	CJ	70	min/cj	T	4	20	93,33	Técnico de refrigeração	7257-45	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-55
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Serpentina de resfriamento	124	Verificar e eliminar focos de corrosão na serpentina.	CJ	70	min/cj	T	4	30	140,00	Técnico de refrigeração	7257-46	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-56
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Serpentina de resfriamento	125	Efetuar tratamento químico de modo a desobstruir a serpentina.	CJ	70	min/cj	S	2	50	116,67	Técnico de refrigeração	7257-47	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-57
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Fancoil	Fancoil	Ventilador	126	Medir e registrar a resistência de isolamento do motor.	CJ	70	min/cj	T	4	15	70,00	Técnico de refrigeração	7257-48	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-58
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Geral	127	Efetuar teste de operação do equipamento.	CJ	10	min/cj	M	12	10	20,00	Técnico de refrigeração	7257-49	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-59
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Geral	128	Lubrificar os mancais.	CJ	10	min/cj	M	12	10	20,00	Técnico de refrigeração	7257-50	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-60
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Parâmetros operacionais	129	Medir e registrar a corrente elétrica de operação.	CJ	10	min/cj	M	12	5	10,00	Técnico de refrigeração	7257-51	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-61
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Parâmetros operacionais	130	Medir e registrar a tensão elétrica de alimentação.	CJ	10	min/cj	M	12	5	10,00	Técnico de refrigeração	7257-52	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-62
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Parâmetros operacionais	131	Medir e registrar as pressões na entrada e na saída.	CJ	10	min/cj	M	12	5	10,00	Técnico de refrigeração	7257-53	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-63
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Parâmetros operacionais	132	Verificar a instalação e a fixação dos protetores do acoplamento.	CJ	10	min/cj	M	12	5	10,00	Técnico de refrigeração	7257-54	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-64
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Bomba	133	Verificar a vedação do selo mecânico.	CJ	10	min/cj	M	12	10	20,00	Técnico de refrigeração	7257-55	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-65
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Bomba	135	Verificar e completar nível de óleo.	CJ	10	min/cj	M	12	10	20,00	Técnico de refrigeração	7257-57	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-67
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Geral	136	Verificar e desobstruir o sistema de drenagem (ralos/canaletas) e eliminar retenção de água do piso da casa de máquinas.	CJ	2	min/cj	M	12	10	4,00	Técnico de refrigeração	7257-58	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-68
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Bomba	137	Verificar e eliminar sujeira, danos e focos de corrosão.	CJ	10	min/cj	T	4	20	13,33	Técnico de refrigeração	7257-60	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-70
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Bomba	138	Verificar e eliminar vazamento de óleo.	CJ	10	min/cj	M	12	15	30,00	Técnico de refrigeração	7257-61	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-71
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Geral	139	Verificar e eliminar vibrações e ruídos anormais.	CJ	10	min/cj	M	12	10	20,00	Técnico de refrigeração	7257-62	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-72
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Bomba	140	Verificar e limpar o sistema de drenagem.	CJ	10	min/cj	M	12	15	30,00	Técnico de refrigeração	7257-63	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-73
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Geral	141	Verificar e substituir o óleo ou a graxa.	CJ	10	min/cj	M	12	20	40,00	Técnico de refrigeração	7257-68	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-78
Elétrica	AVAC	Painéis Elétricos	Comando e con	Painel da Motobomba	Geral	142	Verificar estado de conservação dos contatos e componentes elétricos.	CJ	2	min/cj	M	12	10	4,00	Técnico de refrigeração	7257-69	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-79
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Motor	143	Verificar o aterramento do motor.	CJ	10	min/cj	T	4	5	3,33	Técnico de refrigeração	7257-70	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-80

Modalidade	Sistema	Família	Tipo	Equipamento	Componente	Item	Verificações e Serviços	Unid.	Qtde.	Unid. Prod.	Frequencia	ff	Duração [min]	Qtde. Horas/ano	Cargo1	CBO1	Cargo2	CBO2
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Acoplamento	144	Verificar o estado de conservação do acoplamento.	CJ	10	min/cj	T	4	10	6,67	Técnico de refrigeração	7257-71	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-81
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Botoeira	145	Verificar o estado de conservação e operação das botoeiras de comando.	CJ	10	min/cj	M	12	10	20,00	Técnico de refrigeração	7257-73	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-83
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Motor	146	Verificar o sentido de rotação.	CJ	10	min/cj	M	12	5	10,00	Técnico de refrigeração	7257-76	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-86
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Motor	147	Medir e registrar a resistência de isolamento do motor.	CJ	10	min/cj	T	4	10	6,67	Técnico de refrigeração	7257-77	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-87
Mecânica	AVAC	Bombas	Centrifugas	Motobomba	Variadores de frequência	148	Verificar o funcionamento dos variadores de frequência.	CJ	10	min/cj	T	4	20	13,33	Técnico de refrigeração	7257-78	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-88
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Rede de água gelada	Geral	149	Verificar e eliminar vazamentos.	CJ	2	min/cj	M	12	30	12,00	Técnico de refrigeração	7257-79	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-89
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Rede de água gelada	Geral	150	Verificar e eliminar vibrações e ruídos anormais.	CJ	2	min/cj	M	12	15	6,00	Técnico de refrigeração	7257-80	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-90
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Rede de água gelada	Filtro Y	151	Verificar e limpar o elemento filtrante do filtro "Y", caso necessário substituí-lo.	CJ	2	min/cj	T	4	60	8,00	Técnico de refrigeração	7257-81	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-91
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Rede de água gelada	Válvula Motorizada	152	Verificar e lubrificar o mecanismo de acionamento das válvulas motorizadas.	CJ	2	min/cj	M	12	15	6,00	Técnico de refrigeração	7257-82	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-92
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Rede de água gelada	Junta de Expansão	153	Verificar o estado de conservação das juntas de expansão.	CJ	2	min/cj	M	12	15	6,00	Técnico de refrigeração	7257-83	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-93
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Rede de água gelada	Instrumentos	154	Verificar o funcionamento dos dispositivos de controle e segurança.	CJ	2	min/cj	M	12	10	4,00	Técnico de refrigeração	7257-84	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-94
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Rede de água gelada	Válvula Motorizada	155	Verificar a atuação das válvulas.	CJ	2	min/cj	M	12	10	4,00	Técnico de refrigeração	7257-85	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-95
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Rede de água gelada	Purgador	156	Verificar a operação do sistema de purga de ar da tubulação de água gelada.	CJ	2	min/cj	M	12	10	4,00	Técnico de refrigeração	7257-86	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-96
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Rede de água gelada	Geral	157	Verificar e eliminar sujeira, danos e focos de corrosão.	CJ	2	min/cj	T	4	30	4,00	Técnico de refrigeração	7257-87	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-97
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Rede de água gelada	Dreno	158	Verificar e limpar o sistema de drenagem.	CJ	2	min/cj	M	12	15	6,00	Técnico de refrigeração	7257-88	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-98
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Rede de água gelada	Tanque de compensação	159	Verificar e limpar o tanque de compensação de água gelada.	Unid	2	min/und	M	12	30	12,00	Técnico de refrigeração	7257-89	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-99
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Rede de água gelada	Isolamento	160	Verificar o estado de conservação do isolamento térmico da tubulação de água gelada.	CJ	2	min/cj	T	4	30	4,00	Técnico de refrigeração	7257-90	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-100
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Rede de água gelada	Geral	161	Verificar e corrigir a concentração de anticongelante (glicol inibido), se aplicável.	CJ	2	min/cj	M	12	30	12,00	Técnico de refrigeração	7257-91	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-101
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Dutos de ar	Parâmetros operacionais	162	Medir e registrar as temperaturas de insuflação, retorno e ar exterior.	CJ	2	min/cj	M	12	15	6,00	Técnico de refrigeração	7257-92	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-102
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Dutos de ar	Parâmetros operacionais	163	Medir e registrar as vazões do ar de insuflação, de retorno e exterior.	CJ	2	min/cj	M	12	15	6,00	Técnico de refrigeração	7257-93	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-103
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Dutos de ar	Conexões flexíveis	164	Verificar as conexões flexíveis nos fechamentos de máquinas.	CJ	2	min/cj	M	12	45	18,00	Técnico de refrigeração	7257-94	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-104
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Dutos de ar	Difusores e Grelhas	165	Verificar e eliminar sujeira e danos nas grelhas, difusores e venezianas.	CJ	2	min/cj	T	4	60	8,00	Técnico de refrigeração	7257-95	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-105
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Dutos de ar	Difusores e Grelhas	166	Verificar e eliminar vibrações e ruídos anormais nas grelhas, difusores e venezianas.	CJ	2	min/cj	T	4	20	2,67	Técnico de refrigeração	7257-96	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-106
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Dutos de ar	Isolamento	167	Verificar o estado de conservação do isolamento térmico dos dutos.	CJ	2	min/cj	T	4	30	4,00	Técnico de refrigeração	7257-97	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-107
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Dutos de ar	Geral	168	Verificar e eliminar vibrações e ruídos anormais no dutos.	CJ	2	min/cj	T	4	30	4,00	Técnico de refrigeração	7257-98	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-108
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Dutos de ar	Damper	169	Verificar e limpar os controladores de vazão (damper) motorizados ou não, instalados nos dutos de insuflação, retorno e ar exterior.	CJ	2	min/cj	B	6	40	8,00	Técnico de refrigeração	7257-99	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-109
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Dutos de ar	Portas de inspeção	170	Verificar a vedação das portas de inspeção.	CJ	2	min/cj	S	2	30	2,00	Técnico de refrigeração	7257-101	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-111
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Dutos de ar	Geral	171	Verificar e reparar o estado de conservação da pintura dos dutos especiais e aparentes.	CJ	2	min/cj	S	2	15	1,00	Técnico de refrigeração	7257-102	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-112
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Dutos de ar	Registros corta fogo	172	Verificar o estado de conservação e operação dos registros corta fogo. Reparar ou substituir caso necessário.	CJ	2	min/cj	S	2	30	2,00	Técnico de refrigeração	7257-103	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-113
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Central_Chiller	Dutos de ar	Geral	173	Verificar as condições de higienização interna.	CJ	2	min/cj	S	2	60	4,00	Técnico de refrigeração	7257-105	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-115
Mecânica	AVAC	Ventilação Mecânica	Tomada Direta	Tomada de Ar Externo	Caixa filtros	174	Verificação e eliminação de frestas nos filtros e moldura	CJ	4	min/cj	M	12	10	8,00	Técnico de refrigeração	7257-125	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-135
Mecânica	AVAC	Ventilação Mecânica	Tomada Direta	Tomada de Ar Externo	Caixa filtros	175	Verificação da fixação do conjunto	CJ	4	min/cj	M	12	5	4,00	Técnico de refrigeração	7257-126	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-136
Mecânica	AVAC	Ventilação Mecânica	Tomada Direta	Tomada de Ar Externo	Caixa filtros	176	Limpeza dos filtros, ou substituição por filtros G-4.	CJ	4	min/cj	M	12	15	12,00	Técnico de refrigeração	7257-127	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-137
Elétrica	AVAC	Painéis Elétricos	Comando e con	Painel da Central de Ar Cond	Geral	178	Verificar aperto e contato de bornes e conexões.	CJ	2	min/cj	T	4	20	2,67	Técnico de refrigeração	7257-136	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-146
Elétrica	AVAC	Painéis Elétricos	Comando e con	Painel da Central de Ar Cond	Geral	179	Verificar estado de conservação dos contatos e componentes elétricos.	CJ	2	min/cj	M	12	10	4,00	Técnico de refrigeração	7257-137	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-147

Modalidade	Sistema	Familia	Tipo	Equipamento	Componente	Item	Verificações e Serviços	Unid.	Qtde.	Unid. Prod.	Frequencia	ff	Duração	Qtde.	Cargo1	CBO1	Cargo2	CBO2
													[min]	Horas/ano				
Elétrica	AVAC	Painéis Elétricos	Comando e con	Painel da Central de Ar Cond	Geral	180	Verificar fiação de alimentação.	CJ	2	min/cj	M	12	5	2,00	Técnico de refrigeração	7257-138	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-148
Elétrica	AVAC	Painéis Elétricos	Comando e con	Painel da Central de Ar Cond	Geral	181	Verificar o estado de conservação e operação das botoeiras e/ou chaves de comando.	CJ	2	min/cj	M	12	2	0,80	Técnico de refrigeração	7257-139	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-149
Elétrica	AVAC	Painéis Elétricos	Comando e con	Painel da Central de Ar Cond	Geral	182	e avaliar as imagens termográficas. Realizar a medição em regime permanente de funcionamento.	CJ	2	min/cj	S	2	10	0,67	Técnico de refrigeração	7257-140	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-150
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Geral	Prédio	Ambiente Interno	184	Acompanhamento/coleta para Análise de Qualidade do Ar	CJ	2	min/cj	S	2	120	8,00	Técnico de refrigeração	7257-142	Auxiliar técnico de refrigeração	3141-152
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Geral	Prédio	Ambiente Interno	184	Inspeccionar os painéis de controle do chiller para verificar alarmes ou falhas; Checar a pressão e temperatura da água gelada e da água de condensação; Ligar as bombas de água gelada e condensação; Ligar o chiller e acompanhar seu ciclo de inicialização; Acompanhar a temperatura de saída da água gelada; Ligar os fan-coils conforme demanda; Registrar dados operacionais no log diário; Desligar os fan-coils; Desligar o chiller; Desligar as bombas; Realizar inspeção visual nos equipamentos antes de encerrar a operação.	CJ	2	min/cj	D	251	120	1004,00	Técnico de refrigeração	7257-142		

Rótulos de Linha	Soma de Qtde.	Soma de Qtde. Horas/ano
A	44	22,93
B	30	16,40
D	2	1004,00
M	2636	4910,80
S	208	173,00
T	1400	1635,47
Total Geral	4320	7762,60

Frequência	Qtde. Atividades	Qtde Horas/ano
Mensal	2636	4910,80
Bimestral	30	16,40
Trimestral	1400	1635,47
Semestral	208	173,00
Diária	2	1004,00
Anual	44	22,93
Total Geral	4320	7762,60

Corretiva 1940,65

QUANTIDADE DE HORAS

Mês												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Horas	409,23	409,23	409,23	409,23	409,23	409,23	409,23	409,23	409,23	409,23	409,23	409,23
		2,73		2,73		2,73		2,73		2,73		2,73
	408,87			408,87			408,87			408,87		
		86,50						86,50				
	83,67	83,67	83,67	83,67	83,67	83,67	83,67	83,67	83,67	83,67	83,67	83,67
					22,93							
Total	901,77	582,13	492,90	904,50	515,83	495,63	901,77	582,13	492,90	904,50	492,90	495,63

ANEXO III - PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA - AR CONDICIONADO INDIVIDUAL (SPLIT) - MANAUS

							Preventiva											
Modalidade	Sistema	Família	Tipo	Equipamento	Componente	Item	Verificações e Serviços	Unid.	Qtde.	Unid. Prod.	Frequencia	ff	Duração [min]	Qtde. Horas/ano	Cargo1	CBO1	Cargo2	CBO2
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Filtros de Ar	1	Efetuar a limpeza do filtro de ar	Unid	5	min/unid	M	12	10	10,00	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-05
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Evaporador	2	Verificar funcionamento dos comandos	Unid	5	min/unid	M	12	2	2,00	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-06
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Ventilador	3	Verificar funcionamento do ventilador	Unid	5	min/unid	M	12	2	2,00	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-07
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Ventilador	4	Efetuar a Limpeza do ventilador da evaporadora	Unid	5	min/unid	T	4	10	3,33	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-08
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Bandejas	5	Verificar a operação de drenagem do condensado da bandeja	Unid	5	min/unid	M	12	5	5,00	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-09
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Bandejas	6	Efetuar a limpeza da bandeja e dreno: Lavar e remover biofilme com produto biodegradável	Unid	5	min/unid	T	4	5	1,67	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-10
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Evaporador	7	Lavar e remover biofilme com produto biodegradável	Unid	5	min/unid	T	4	10	3,33	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-11
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Evaporador	8	Verificar a existência de danos e corrosão no aletado e moldura	Unid	5	min/unid	T	4	5	1,67	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-12
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Gabinete	9	Efetuar a limpeza dos gabinetes das evaporadoras	Unid	5	min/unid	M	12	10	10,00	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-13
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Condensador	10	Lavar e remover incrustações	Unid	5	min/unid	T	4	10	3,33	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-14
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Condensador	11	Verificar fixação e amortecedores de vibração	Unid	5	min/unid	S	2	2	0,33	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-15
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Ventilador	12	Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão	Unid	5	min/unid	S	2	5	0,83	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-16
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Ventilador	13	Verificar ruído dos manuais e lubrificar, se necessário	Unid	5	min/unid	M	12	5	5,00	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-17
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Motor Elétrico	14	Verificar o aterramento	Unid	5	min/unid	M	12	2	2,00	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-18
Elétrica	AVAC	Painéis Elétricos	Split Individual	Condensador	Compressor	15	Verificar e corrigir vazamento de óleo.	Unid	5	min/unid	M	12	10	10,00	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-19
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Compressor	16	Medir a pressão do gás refrigerante na sucção e descarga do compressor	Unid	5	min/unid	T	4	5	1,67	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-20
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Compressor	17	Efetuar a regulagem de superaquecimento e subresfriamento	Unid	5	min/unid	S	2	2	0,33	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-21
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Circuito Refrigerante	18	Verificar isolamento térmico e substituir, se necessário	CJ	5	min/cj	T	4	5	1,67	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-22
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Circuito Refrigerante	19	Verificar e corrigir vazamento de gás, se necessário	CJ	5	min/cj	M	12	5	5,00	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-23
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Medições	Parâmetros operacionais	20	Tensão, comparar com a nominal	Unid	5	min/unid	M	12	5	5,00	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-24
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Medições	Parâmetros operacionais	21	Corrente, comparar com a nominal	Unid	5	min/unid	M	12	5	5,00	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-25
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Medições	Parâmetros operacionais	23	Temperatura de insuflamento	Unid	5	min/unid	M	12	5	5,00	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-26
Mecânica	AVAC	Ar Condicionado	Split Individual	Medições	Parâmetros operacionais	24	Isolamento entre fases e para carcaça do compressor e motor ventilador	Unid	5	min/unid	S	2	10	1,67	Mecânico de refrigeração	7257-05	Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-27

Rótulos de Linha	Soma de Qtde.	Soma de Qtde. Horas/ano
M	588	646,80
S	196	31,03
T	343	163,33
Total Geral	1127	841,17

QUANTIDADE DE HORAS

Frequência	Qtde. Atividades	Qtde Horas/ano
Mensal	588	646,80
Trimestral	343	163,33
Semestral	196	31,03
Total Geral	1127	841,17

Corretiva	210,29
-----------	--------

Mês												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Horas	53,90	53,90	53,90	53,90	53,90	53,90	53,90	53,90	53,90	53,90	53,90	53,90
	40,83			40,83			40,83			40,83		
		15,52						15,52				
Total	94,73	69,42	53,90	94,73	53,90	53,90	94,73	69,42	53,90	94,73	53,90	53,90

ANEXO IV – TR – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

A verificação da adequada prestação dos serviços será realizada com base nos indicadores de nível de serviço “Índice de cumprimento de manutenção preventiva” e “Índice de cumprimento de manutenção corretiva programada” definidos neste anexo.

1. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, o que poderá ser aceito pela Administração, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da CONTRATADA.
2. A CONTRATADA deverá executar os serviços nos prazos informados nas Ordens de Serviços emitidas para execução de serviços preventivos e corretivos programados.
3. Os serviços urgentes ou emergenciais deverão ser executados pela CONTRATADA respeitando o tempo máximo para o início do atendimento.
4. A CONTRATADA deverá utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço com qualidade e quantidade exigidas pelo Termo de Referência.

INDICADOR 1	
Índice de cumprimento de manutenção preventiva	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que as atividades do plano de manutenção preventiva sejam executadas conforme ciclo previsto.
Meta a cumprir	Executar acima de 96% das atividades previstas para o mês de apuração.
Instrumento de Medição	Ordem de serviço de manutenção preventiva fechada com o aceite do fiscal/cliente. Cada ativo deverá ter uma ordem de serviço mensal, ou seja, individual com todas as atividades previstas para o período listadas.
Forma de acompanhamento	Apuração da quantidade total de atividades previstas (plano de manutenção preventiva) x realizadas (aceitas nas Ordens de Serviço) no mês.
Mecanismo de Cálculo	$ICMPV = \text{Qtde atividades preventivas realizadas} / \text{Qtde atividades preventivas previstas}$
Início de Vigência	Data da ordem de início de serviço
Faixas de ajuste no pagamento	96% < ICMPV ≤ 100% : 100% do valor dos custos fixos faturado no mês; 93% < ICMPV ≤ 96% : 97% do valor dos custos fixos faturado no mês; 90% < ICMPV ≤ 93% : 94% do valor dos custos fixos faturado no mês; ICMPV ≤ 90% : 90% do valor dos custos fixos faturado no mês.
Sanções adicionais	Acima de 03 ocorrências, consecutivas ou não, para resultados do $ICMPV \leq 90\%$ poderá dar causa rescisão contratual e aplicação de outras sanções contratuais.

INDICADOR 2	
Índice de cumprimento de manutenção corretiva	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que as atividades de manutenção corretiva (programadas e não programadas) sejam executadas.
Meta a cumprir	Executar acima de 96% das atividades solicitadas para o mês de apuração.
Instrumento de Medição	Ordem de serviço de manutenção corretiva fechada com o aceite do fiscal/cliente. Cada intervenção corretiva deverá ter uma ordem de serviço, com a programação autorizada para o período e a identificação do ativo.
Forma de acompanhamento	Apuração da quantidade total de atividades (corretivas solicitadas) x realizadas (aceitas nas Ordens de Serviço) no mês.
Mecanismo de Cálculo	ICMCP = Qtde atividades corretivas realizadas/Qtde atividades corretivas previstas
Início de Vigência	Data da ordem de início de serviço
Faixas de ajuste no pagamento	96% < ICMCP ≤ 100% : 100% do valor dos custos fixos faturado no mês; 93% < ICMCP ≤ 96% : 97% do valor dos custos fixos faturado no mês; 90% < ICMCP ≤ 93% : 94% do valor dos custos fixos faturado no mês; ICMCP ≤ 90% : 90% do valor dos custos fixos faturado no mês.
Sanções adicionais	Acima de 03 ocorrências, consecutivas ou não, para resultados do ICMCP ≤ 90% poderá dar causa rescisão contratual e aplicação de outras sanções contratuais.

INDICADOR 3	
Índice de cumprimento de prazo do 1º atendimento	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que os chamados para manutenção corretiva sejam atendidos dentro do prazo máximo para cada nível de prioridade.
Meta a cumprir	Prestar o 1º atendimento dentro do prazo máximo estipulado para 85% dos chamados para o mês de apuração.
Instrumento de Medição	Registro na Ordem de serviço de manutenção corretiva do horário de chegada do técnico na unidade onde o(s) ativo(s) estão instalados. Cada intervenção corretiva deverá ter uma ordem de serviço, com a data e hora do chamado e a identificação do ativo.
Forma de acompanhamento	Apuração da quantidade total de atividades (corretivas solicitadas) x Qtde. de 1º atendimento no prazo (horários registrados nas Ordens de Serviço) no mês.
Mecanismo de Cálculo	ICPA = Qtde 1º atendimento no prazo/Qtde atividades corretivas solicitadas (resultado sem casa decimal, arredondamento: se o algarismo da primeira casa decimal for maior ou igual a 5 – para cima)
Início de Vigência	Data da ordem de início de serviço
Faixas de ajuste no pagamento	85% ≤ ICPA : 100% do valor dos custos fixos faturado no mês; 80% ≤ ICPA < 85% : 97% do valor dos custos fixos faturado no mês; 75% ≤ ICPA < 80% : 94% do valor dos custos fixos faturado no mês; ICPA < 75% : 90% do valor dos custos fixos faturado no mês.

ANEXO V
MODELO DE FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO PARA COMPRA – FAC

FAC - FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA								FAC Nº:	
CONTRATANTE:						REQ. Nº:			
CONTRATADA:						DATA DA COTAÇÃO:			
OBJETO:						RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO:			

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL						
				FORNECEDOR 1		FORNECEDOR 2		FORNECEDOR 3	
				contato:		contato:		contato:	
				PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
cotação elaborada com base em pesquisa realizada por meio de:				Tel. () internet () cadastro próprio ()		tel./fax () internet () cadastro próprio ()		tel./fax () internet () cadastro próprio ()	
OBS:			SUB-TOTAL						
			DESCONTO						
			PREÇO FINAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
			CONDIÇÕES DE PAGAMENTO						
			PRAZO DE ENTREGA APÓS APROVAÇÃO						
			RESPONSÁVEL PELO FAC:			APROVAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO:			

ANEXO VI

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO



SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL

(Processo Administrativo nº 10280-730.244/2024-51)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A União, por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva e operação do sistema do sistema de ar-condicionado (AVAC) do Complexo Fazendário de Manaus, composto por central chiller a ar, unidades fan-coils e sistemas de bombeamento de água gelada, incluindo o fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	LOCAL DE EXECUÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CATSE R	VALOR MENSAL	QUANT MESES	VALOR TOTAL
01	01	Manaus– AM	Manutenção no sistema de ar-condicionado do Complexo de Manaus.	xxxxxx	101.900,61	12	1.222.807,30
	02	Manaus - AM	Aquisição de peças com ressarcimento		28.571,77	12	342.861,23
VALOR TOTAL						12	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do início da prestação dos serviços/da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Matriz de risco:

- 3.1.1. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE:
- 3.1.1.1. Inexecução do contrato pela Contratada R-15;
 - 3.1.1.2. Eventos não seguráveis caracterizados como força maior ou caso fortuito R-17;
 - 3.1.1.3. Aumento no quantitativo de serviços R-23;
 - 3.1.1.4. Atrasos ocasionados pela Contratante, força maior, casos fortuitos ou fato do príncipe R-25;
 - 3.1.1.5. Falhas, omissões ou divergências nos quantitativos estimados, constantes em quaisquer das peças, orçamentos, projetos, especificações, memoriais ou estudos técnicos preliminares que ocasione erros nas estimativas de custo da contratação inerente a serviço com característica P A D R Ã O (empreitada por PREÇO GLOBAL) R-26;
 - 3.1.1.6. Atraso na emissão da ordem de serviço ou liberação por fatos não imputáveis à contratada. R-27;
 - 3.1.1.7. Variação da carga tributária capaz de impactar o contrato R-30;
 - 3.1.1.8. Obsolescência tecnológica, falta de inovação técnica e deficiência de equipamentos /maquinários da contratada R-31;
 - 3.1.1.9. Necessidade de manutenções corretivas abaixo do valor previsto na proposta R-34.
 - 3.1.1.10. Não execução das manutenções corretivas por ausência de recursos para aquisição de peças R-35;
 - 3.1.1.11. Recursos destinados as peças serem insuficientes R-36.
- 3.1.2. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATADO:
- 3.1.2.1. Baixa qualificação técnica dos profissionais da empresa para execução do contrato R-16;
 - 3.1.2.2. Eventos seguráveis ocasionados como força maior ou caso fortuito R-18;
 - 3.1.2.3. Aumento de preços de materiais ou insumos da planilha de custo R-19;
 - 3.1.2.4. Protestos com interdições de vias de acesso ao local do serviço ou ocorrência de greve dos trabalhadores da Contratada R-20;
 - 3.1.2.5. Quantitativos dos serviços considerados inservíveis no decorrer da gestão contratual R-22,
 - 3.1.2.6. Atrasos injustificados ocasionados pela Contratada R-24;

3.1.2.7. Gestão inadequada dos serviços por parte da contratada, no que tange aos serviços executados ou não atendimento aos parâmetros de projeto, critérios de medição, normas técnicas e diretrizes, agentes reguladores ou quaisquer órgãos de controle e fiscalização externos R-28;

3.1.2.8. Alterações nos custos com salários decorrentes de reajustes salariais, concedidos por meio de dissídios, acordos ou convenções coletivas de trabalho R-29;

3.1.2.9. Ocorrência de eventos climáticos e ambientais extremos, como chuvas, alagamentos, granizo, raios e outros eventos climáticos extraordinários na região da realização dos serviços R-32;

3.1.2.10. Necessidade de manutenções corretivas além do valor previsto na proposta R-33.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.1.18. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do

objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.36. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.37. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 9.38. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.39. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.40. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.41. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.42. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.43. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.44. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.45. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.46. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 9.47. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.48. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.48.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.48.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.48.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.48.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.48.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.48.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.48.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.48.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.49. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.49.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.49.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.50. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.51. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens

do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.52. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.53. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.9.3. Das indenizações e multas.

12.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 170217;
- II) Fonte de recursos: 1032000000;
- III) Programa de trabalho: 04122003220000001- Administração da Unidade;
- IV) Elemento de despesa: 339039-16 e 339030-24; e
- V) Plano interno: OUTRCUSTEIO.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belém, Seção Judiciária do Pará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].





ANEXO VII
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA



Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.



Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)


 MINISTÉRIO DA FAZENDA  Receita Federal	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60	DATA : 10/04/2024		BDI : 27,50%		
	DESCRIÇÃO:		FONTESINAPI	VERSÃO2025/04 COM DESONERAÇÃO	HORA90,87%	MES52,15%	
	LOCAL:		Composições Próprias	PRÓPRIA	0,00%	0,00%	
		DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM					

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTESINAPI	UNIDH	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA						R\$ 821.835,51
1.1	MÃO DE OBRA						R\$ 495.738,09
1.1.1	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	96,00	R\$ 120,33	R\$ 11.551,68
1.1.2	100308	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	8.603,17	R\$ 32,05	R\$ 275.731,60
1.1.3	88243	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	8.603,17	R\$ 24,23	R\$ 208.454,81
1.2	SERVIÇOS AUXILIARES						R\$ 326.097,42
1.2.1	INS-91485068	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA NO ESTADO DO AMAZONAS	Composições Próprias	UN	2,00	R\$ 262,55	R\$ 525,10
1.2.2	INS-16190254	ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR AMBIENTAL INTERIOR EM MANAUS/AM, DE ACORDO COM NORMA ABNT NBR 17037/2023.	Composições Próprias	UN	2,00	R\$ 4.900,00	R\$ 9.800,00
1.2.3	INS-62528725	TRATAMENTO QUÍMICO DE ÁGUA GELADA DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO EM MANAUS/AM.	Composições Próprias	UN	12,00	R\$ 26.314,36	R\$ 315.772,32
2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA SEM MATERIAIS						R\$ 126.005,29
2.1	MÃO DE OBRA						R\$ 126.005,29
2.1.1	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	41,14	R\$ 120,33	R\$ 4.950,38
2.1.2	100308	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	2.150,94	R\$ 32,05	R\$ 68.937,63
2.1.3	88243	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	2.150,94	R\$ 24,23	R\$ 52.117,28
3	MATERIAIS						R\$ 284.352,24
3.1	INS-63268817	VALOR ANUAL PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS, PEÇAS E COMPONENTES DE REPOSIÇÃO EM MANAUS/AM (DESONERADO). - BDI = 15,28	Composições Próprias	UN	1,00	R\$ 284.352,24	R\$ 284.352,24
4	INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS						R\$ 1.393,57
4.1	103247	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 12000 BTU/H, CICLO FRIO - INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE - ADAPTADO SINAPI 103247	SINAPI	UN	1,00	R\$ 196,50	R\$ 196,50
4.2	103253	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 24000 BTU/H, CICLO FRIO - INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE - ADAPTADO SINAPI 103253	SINAPI	UN	2,00	R\$ 213,38	R\$ 426,76
4.3	S12375	Remoção de ar condicionado tipo Split - Adaptado ORSE 12375	ORSE	un	3,00	R\$ 256,77	R\$ 770,31
						VALOR BDI TOTAL:	R\$ 304.488,47
						VALOR ORÇAMENTO:	R\$ 1.233.586,61
						VALOR TOTAL:	R\$ 1.538.075,08

<div></div> <div><div>MINISTÉRIO DA FAZENDA</div><div> Receita Federal</div></div>		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - CUSTO DIRETO													
		OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60							DATA :		10/04/2024	BDI :		27,50%
		DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)							FORTE		VERSÃO		HORA	MES
		LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM							SINAPI		2025/04 COM DESONERAÇÃO		90,87%	52,15%
								Composições Próprias		PRÓPRIA		0,00%	0,00%		
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FORTE	UNIDADE	QTD	CUSTO DIRETO (R\$)				PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)				
						MÃO DE OBRA	MATERIAL	EQUIPAMENTO	OUTROS						
1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA										R\$ 821.835,51				
1.1	MÃO DE OBRA										R\$ 495.738,09				
1.1.1	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	96,00	R\$ 118,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2,25	R\$ 120,33	R\$ 11.551,68				
1.1.2	100308	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	8.603,17	R\$ 22,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10,05	R\$ 32,05	R\$ 275.731,60				
1.1.3	88243	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	8.603,17	R\$ 14,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9,93	R\$ 24,23	R\$ 208.454,81				
1.2	SERVIÇOS AUXILIARES										R\$ 326.097,42				
1.2.1	INS-91485068	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA NO ESTADO DO AMAZONAS	Composições Próprias	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 262,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 262,55	R\$ 525,10				
1.2.2	INS-16190254	ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR AMBIENTAL INTERIOR EM MANAUS/AM, DE ACORDO COM NORMA ABNT NBR 17037/2023.	Composições Próprias	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 4.900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.900,00	R\$ 9.800,00				
1.2.3	INS-62528725	TRATAMENTO QUÍMICO DE ÁGUA GELADA DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO EM MANAUS/AM.	Composições Próprias	UN	12,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.314,36	R\$ 26.314,36	R\$ 315.772,32				
2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA SEM MATERIAIS										R\$ 126.005,29				
2.1	MÃO DE OBRA										R\$ 126.005,29				
2.1.1	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	41,14	R\$ 118,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2,25	R\$ 120,33	R\$ 4.950,38				
2.1.2	100308	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	2.150,94	R\$ 22,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10,05	R\$ 32,05	R\$ 68.937,63				
2.1.3	88243	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	2.150,94	R\$ 14,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9,93	R\$ 24,23	R\$ 52.117,28				
3	MATERIAIS										R\$ 284.352,24				
3.1	INS-63268817	VALOR ANUAL PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS, PEÇAS E COMPONENTES DE REPOSIÇÃO EM MANAUS/AM (DESONERADO). - BDI = 15,28	Composições Próprias	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 284.352,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 284.352,24	R\$ 284.352,24				
4	INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS										R\$ 1.393,57				
4.1	103247	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 12000 BTU/H, CICLO FRIO - INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE - ADAPTADO SINAPI 103247	SINAPI	UN	1,00	R\$ 84,72	R\$ 65,17	R\$ 0,00	R\$ 46,61	R\$ 196,50	R\$ 196,50				
4.2	103253	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 24000 BTU/H, CICLO FRIO - INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE - ADAPTADO SINAPI 103253	SINAPI	UN	2,00	R\$ 95,60	R\$ 65,16	R\$ 0,00	R\$ 52,62	R\$ 213,38	R\$ 426,76				
4.3	S12375	Remoção de ar condicionado tipo Split - Adaptado ORSE 12375	ORSE	un	3,00	R\$ 167,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 89,73	R\$ 256,77	R\$ 770,31				
VALOR BDI TOTAL:											R\$ 304.488,47				
VALOR ORÇAMENTO:											R\$ 1.233.586,61				
VALOR TOTAL:											R\$ 1.538.075,08				

 <div> <div>MINISTÉRIO DA FAZENDA</div> <div>  <div>Receita Federal</div> </div> </div>	RESUMO DO ORÇAMENTO						
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60	DATA : 10/04/2024		BDI : 27,50%		
	DESCRIÇÃO:		FONTE	VERSÃO	HORA	MES	
	LOCAL:		SINAPI Composições Próprias	2025/04 COM DESONERAÇÃO PRÓPRIA	90,87% 0,00%	52,15% 0,00%	


CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREÇO TOTAL	%
1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	R\$ 821.835,51	66,62%
2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA SEM MATERIAIS	R\$ 126.005,29	10,21%
3	MATERIAIS	R\$ 284.352,24	23,05%
4	INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	R\$ 1.393,57	0,11%
5	Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)	R\$ 304.488,47	0,00%
		VALOR BDI TOTAL:	R\$ 304.488,47 100,00%
		VALOR ORÇAMENTO:	R\$ 1.233.586,61
		VALOR TOTAL:	R\$ 1.538.075,08

	RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS				
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60	DATA : 10/04/2024		BDI : 27,50%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)	FONTE SINAPI Composições Próprias	VERSÃO	HORA
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM		2025/04 COM DESONERAÇÃO	MES
				90,87%	52,15%
				0,00%	0,00%

1.1.1. 90778 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)						
Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00043486	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	0,99056859	R\$ 0,77	R\$ 0,76
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	0,99056859	R\$ 1,43	R\$ 1,41
00043462	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	0,99056859	R\$ 0,01	R\$ 0,00
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	0,99056859	R\$ 0,08	R\$ 0,07
TOTAL Encargos Complementares:						R\$ 2,24
Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00002707	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (HORISTA)	SINAPI	H	0,99056859	R\$ 117,49	R\$ 116,38
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 116,38
Serviço		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
95403	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SINAPI	H	0,99056859	R\$ 1,73	R\$ 1,71
TOTAL Serviço:						R\$ 1,71
VALOR:						R\$ 120,33

1.1.2. 100308 MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)						
Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00037370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 5,19	R\$ 5,19
00043484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,26	R\$ 1,26
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,43	R\$ 1,43
00043460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,86	R\$ 0,86
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,08	R\$ 0,08
00037371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,23	R\$ 1,23
TOTAL Encargos Complementares:						R\$ 10,05
Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00034794	MECANICO DE REFRIGERACAO (HORISTA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 21,41	R\$ 21,41
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 21,41
Serviço		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
100298	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,59	R\$ 0,59
TOTAL Serviço:						R\$ 0,59
VALOR:						R\$ 32,05

1.1.3. 88243 AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)						
Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00037370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 5,19	R\$ 5,19
00043491	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,39	R\$ 1,39

	RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS					
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60	DATA : 10/04/2024		BDI : 27,50%	
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)	SINAPI Composições Próprias	VERSÃO	HORA	MES
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM		2025/04 COM DESONERAÇÃO	90,87%	52,15%
				PRÓPRIA	0,00%	0,00%

00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,43	R\$ 1,43
00043467	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,61	R\$ 0,61
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,08	R\$ 0,08
00037371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,23	R\$ 1,23
TOTAL Encargos Complementares:					R\$ 9,93	

Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00000242	AJUDANTE ESPECIALIZADO (HORISTA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 14,14	R\$ 14,14
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 14,14	



Serviço		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
95313	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AJUDANTE ESPECIALIZADO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,16	R\$ 0,16
TOTAL Serviço:					R\$ 0,16	
VALOR:					R\$ 24,23	

1.2.1. INS-91485068 ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA NO ESTADO DO AMAZONAS (UN)						
Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
INS-91485068	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA NO ESTADO DO AMAZONAS	Composições	UN	1,00000000	R\$ 262,55	R\$ 262,55
TOTAL Material:					R\$ 262,55	
VALOR:					R\$ 262,55	

1.2.2. INS-16190254 ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR AMBIENTAL INTERIOR EM MANAUS/AM, DE ACORDO COM NORMA ABNT NBR 17037/2023. (UN)						
Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
INS-16190254	ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR AMBIENTAL INTERIOR EM MANAUS/AM, DE ACORDO COM NORMA ABNT NBR 17037/2023.	Composições	UN	1,00000000	R\$ 4.900,00	R\$ 4.900,00
TOTAL Material:					R\$ 4.900,00	
VALOR:					R\$ 4.900,00	

1.2.3. INS-62528725 TRATAMENTO QUÍMICO DE ÁGUA GELADA DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO EM MANAUS/AM. (UN)						
Serviço		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
INS-62528725	TRATAMENTO QUÍMICO DE ÁGUA GELADA DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO EM MANAUS/AM.	Composições	UN	1,00000000	R\$ 26.314,36	R\$ 26.314,36
TOTAL Serviço:					R\$ 26.314,36	
VALOR:					R\$ 26.314,36	

2.1.1. 90778 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)						
Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00043486	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	0,99056859	R\$ 0,77	R\$ 0,76
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	0,99056859	R\$ 1,43	R\$ 1,41
00043462	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	0,99056859	R\$ 0,01	R\$ 0,00

 MINISTÉRIO DA FAZENDA  Receita Federal	RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS						
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60	DATA : 10/04/2024		BDI : 27,50%		
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)	SINAPI Composições Próprias	VERSÃO	HORA	MES	
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM		2025/04 COM DESONERAÇÃO	90,87%	52,15%	
				PRÓPRIA	0,00%	0,00%	

00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	0,99056859	R\$ 0,08	R\$ 0,07
					TOTAL Encargos Complementares:	R\$ 2,24

Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00002707	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (HORISTA)	SINAPI	H	0,99056859	R\$ 117,49	R\$ 116,38
					TOTAL Mão de Obra:	R\$ 116,38

Serviço		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
95403	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SINAPI	H	0,99056859	R\$ 1,73	R\$ 1,71
					TOTAL Serviço:	R\$ 1,71
					VALOR:	R\$ 120,33

2.1.2. 100308 MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)


Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00037370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 5,19	R\$ 5,19
00043484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,26	R\$ 1,26
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,43	R\$ 1,43
00043460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,86	R\$ 0,86
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,08	R\$ 0,08
00037371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,23	R\$ 1,23
					TOTAL Encargos Complementares:	R\$ 10,05

Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00034794	MECANICO DE REFRIGERACAO (HORISTA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 21,41	R\$ 21,41
					TOTAL Mão de Obra:	R\$ 21,41

Serviço		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
100298	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,59	R\$ 0,59
					TOTAL Serviço:	R\$ 0,59
					VALOR:	R\$ 32,05

2.1.3. 88243 AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00037370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 5,19	R\$ 5,19
00043491	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,39	R\$ 1,39
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,43	R\$ 1,43
00043467	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,61	R\$ 0,61
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,08	R\$ 0,08
00037371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,23	R\$ 1,23
					TOTAL Encargos Complementares:	R\$ 9,93



	RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS				
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60	DATA : 10/04/2024		BDI : 27,50%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)	SINAPI Composições Próprias	VERSÃO	HORA
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM		2025/04 COM DESONERAÇÃO	90,87%
				PRÓPRIA	52,15%
					0,00%

Mão de Obra		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00000242	AJUDANTE ESPECIALIZADO (HORISTA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 14,14	R\$ 14,14
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 14,14
Serviço		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
95313	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AJUDANTE ESPECIALIZADO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,16	R\$ 0,16
TOTAL Serviço:						R\$ 0,16
VALOR:						R\$ 24,23

3.1. INS-63268817 VALOR ANUAL PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS, PEÇAS E COMPONENTES DE REPOSIÇÃO EM MANAUS/AM (DESONERADO). (UN)						
Material		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
INS-63268817	VALOR ANUAL PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS, PEÇAS E COMPONENTES DE REPOSIÇÃO EM MANAUS/AM (DESONERADO).	Composições	UN	1,00000000	R\$ 284.352,24	R\$ 284.352,24
TOTAL Material:						R\$ 284.352,24
VALOR:						R\$ 284.352,24



4.1. 103247 AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 12000 BTU/H, CICLO FRIO - INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE - ADAPTADO SINAPI 103247 (UN)						
Material		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00007568	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	SINAPI	UN	9,00000000	R\$ 0,55	R\$ 4,95
00011976	CHUMBADOR DE ACO ZINCADO, DIAMETRO 1/4" COM PARAFUSO 1/4" X 40 MM	SINAPI	UN	6,00000000	R\$ 1,33	R\$ 7,98
00013246	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 5/16", COMPRIMENTO 3/4", COM PORCA E ARRUELA LISA LEVE	SINAPI	UN	4,00000000	R\$ 0,50	R\$ 2,00
00037591	SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MINIMA 70 KG, BRANCO	SINAPI	UN	2,00000000	R\$ 20,27	R\$ 40,54
00001570	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2.5 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	SINAPI	UN	10,00000000	R\$ 0,97	R\$ 9,70
TOTAL Material:						R\$ 65,17
Mão de Obra com Encargos Complementares		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
88243	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	2,33340000	R\$ 24,23	R\$ 56,54
100308	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	2,33340000	R\$ 32,05	R\$ 74,79
TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:						R\$ 131,33
VALOR:						R\$ 196,50

4.2. 103253 AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 24000 BTU/H, CICLO FRIO - INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE - ADAPTADO SINAPI 103253 (UN)						
Material		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00007568	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	SINAPI	UN	9,00000000	R\$ 0,55	R\$ 4,95
00011976	CHUMBADOR DE ACO ZINCADO, DIAMETRO 1/4" COM PARAFUSO 1/4" X 40 MM	SINAPI	UN	6,00000000	R\$ 1,33	R\$ 7,98
00013246	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 5/16", COMPRIMENTO 3/4", COM PORCA E ARRUELA LISA LEVE	SINAPI	UN	4,00000000	R\$ 0,50	R\$ 2,00

 MINISTÉRIO DA FAZENDA  Receita Federal	RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS						
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60		DATA : 10/04/2024		BDI : 27,50%	
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)	FONTE		VERSÃO	HORA	MES
			SINAPI	2025/04 COM DESONERAÇÃO	90,87%	52,15%	
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM		Composições Próprias	PRÓPRIA	0,00%	0,00%

00037591	SUPORE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MINIMA 70 KG, BRANCO	SINAPI	UN	2,00000000	R\$ 20,27	R\$ 40,54
00001570	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	SINAPI	UN	10,00000000	R\$ 0,97	R\$ 9,70
					TOTAL Material:	R\$ 65,17
Mão de Obra com Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
88243	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	2,63350000	R\$ 24,23	R\$ 63,81
100308	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	2,63350000	R\$ 32,05	R\$ 84,40
					TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:	R\$ 148,21
					VALOR:	R\$ 213,38

4.3. S12375 Remoção de ar condicionado tipo Split - Adaptado ORSE 12375 (un)						
Mão de Obra com Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	3,00000000	R\$ 38,73	R\$ 116,19
88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	6,00000000	R\$ 23,43	R\$ 140,58
					TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:	R\$ 256,77
					VALOR:	R\$ 256,77

 MINISTÉRIO DA FAZENDA  Receita Federal	RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS					
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60	DATA : 10/04/2024		BDI : 27,50%	
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)	SINAPI Composições Próprias	VERSÃO	HORA	MES
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM		2025/04 COM DESONERAÇÃO PRÓPRIA	90,87% 0,00%	52,15% 0,00%


INS-91485068 ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA NO ESTADO DO AMAZONAS (UN)						
Material		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
INS-91485068	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA NO ESTADO DO AMAZONAS	Composições	UN	1,00000000	R\$ 262,55	R\$ 262,55
TOTAL Material:						R\$ 262,55
VALOR:						R\$ 262,55

INS-16190254 ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR AMBIENTAL INTERIOR EM MANAUS/AM, DE ACORDO COM NORMA ABNT NBR 17037/2023. (UN)						
Material		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
INS-16190254	ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR AMBIENTAL INTERIOR EM MANAUS/AM, DE ACORDO COM NORMA ABNT NBR 17037/2023.	Composições	UN	1,00000000	R\$ 4.900,00	R\$ 4.900,00
TOTAL Material:						R\$ 4.900,00
VALOR:						R\$ 4.900,00

INS-62528725 TRATAMENTO QUÍMICO DE ÁGUA GELADA DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO EM MANAUS/AM. (UN)						
Serviço		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
INS-62528725	TRATAMENTO QUÍMICO DE ÁGUA GELADA DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO EM MANAUS/AM.	Composições	UN	1,00000000	R\$ 26.314,36	R\$ 26.314,36
TOTAL Serviço:						R\$ 26.314,36
VALOR:						R\$ 26.314,36

INS-63268817 VALOR ANUAL PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS, PEÇAS E COMPONENTES DE REPOSIÇÃO EM MANAUS/AM (DESONERADO). (UN)						
Material		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
INS-63268817	VALOR ANUAL PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS, PEÇAS E COMPONENTES DE REPOSIÇÃO EM MANAUS/AM (DESONERADO).	Composições	UN	1,00000000	R\$ 284.352,24	R\$ 284.352,24
TOTAL Material:						R\$ 284.352,24
VALOR:						R\$ 284.352,24



103247 AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 12000 BTU/H, CICLO FRIO - INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE - ADAPTADO SINAPI 103247 (UN)						
Material		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00007568	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	SINAPI	UN	9,00000000	R\$ 0,55	R\$ 4,95
00011976	CHUMBADOR DE ACO ZINCADO, DIAMETRO 1/4" COM PARAFUSO 1/4" X 40 MM	SINAPI	UN	6,00000000	R\$ 1,33	R\$ 7,98
00013246	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 5/16", COMPRIMENTO 3/4", COM PORCA E ARRUELA LISA LEVE	SINAPI	UN	4,00000000	R\$ 0,50	R\$ 2,00
00037591	SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MINIMA 70 KG, BRANCO	SINAPI	UN	2,00000000	R\$ 20,27	R\$ 40,54
00001570	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	SINAPI	UN	10,00000000	R\$ 0,97	R\$ 9,70
TOTAL Material:						R\$ 65,17
Mão de Obra com Encargos Complementares		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
88243	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	2,33340000	R\$ 24,23	R\$ 56,54

	RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS						
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60	DATA : 10/04/2024		BDI : 27,50%		
	DESCRIÇÃO:		Fonte	Versão	Hora	Mes	
	LOCAL:		SINAPI Composições Próprias	2025/04 COM DESONERAÇÃO PRÓPRIA	90,87% 0,00%	52,15% 0,00%	

100308	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	2,33340000	R\$ 32,05	R\$ 74,79
					TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:	R\$ 131,33
					VALOR:	R\$ 196,50

103253 AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 24000 BTU/H, CICLO FRIO - INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE - ADAPTADO SINAPI 103253 (UN)						
Material		Fonte	Unid	Coeficiente	Preço Unitário	Total
00007568	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	SINAPI	UN	9,00000000	R\$ 0,55	R\$ 4,95
00011976	CHUMBADOR DE ACO ZINCADO, DIAMETRO 1/4" COM PARAFUSO 1/4" X 40 MM	SINAPI	UN	6,00000000	R\$ 1,33	R\$ 7,98
00013246	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 5/16", COMPRIMENTO 3/4", COM PORCA E ARRUELA LISA LEVE	SINAPI	UN	4,00000000	R\$ 0,50	R\$ 2,00
00037591	SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MINIMA 70 KG, BRANCO	SINAPI	UN	2,00000000	R\$ 20,27	R\$ 40,54
00001570	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	SINAPI	UN	10,00000000	R\$ 0,97	R\$ 9,70
					TOTAL Material:	R\$ 65,17
Mão de Obra com Encargos Complementares		Fonte	Unid	Coeficiente	Preço Unitário	Total
88243	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	2,63350000	R\$ 24,23	R\$ 63,81
100308	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	2,63350000	R\$ 32,05	R\$ 84,40
					TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:	R\$ 148,21
					VALOR:	R\$ 213,38

S12375 Remoção de ar condicionado tipo Split - Adaptado ORSE 12375 (un)						
Mão de Obra com Encargos Complementares		Fonte	Unid	Coeficiente	Preço Unitário	Total
88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	3,00000000	R\$ 38,73	R\$ 116,19
88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	6,00000000	R\$ 23,43	R\$ 140,58
					TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:	R\$ 256,77
					VALOR:	R\$ 256,77

 MINISTÉRIO DA FAZENDA  Receita Federal	RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES AUXILIARES					
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60	DATA : 10/04/2024		BDI : 27,50%	
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)	SINAPI Composições Próprias	VERSÃO	HORA	MES
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM		2025/04 COM DESONERAÇÃO PRÓPRIA	90,87% 0,00%	52,15% 0,00%



88243 AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)						
Encargos Complementares		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00037370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 5,19	R\$ 5,19
00043491	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,39	R\$ 1,39
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,43	R\$ 1,43
00043467	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,61	R\$ 0,61
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,08	R\$ 0,08
00037371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,23	R\$ 1,23
TOTAL Encargos Complementares:						R\$ 9,93
Mão de Obra		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00000242	AJUDANTE ESPECIALIZADO (HORISTA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 14,14	R\$ 14,14
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 14,14
Serviço		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
95313	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AJUDANTE ESPECIALIZADO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,16	R\$ 0,16
TOTAL Serviço:						R\$ 0,16
VALOR:						R\$ 24,23

95313 CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AJUDANTE ESPECIALIZADO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA (H)						
Mão de Obra		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00000242	AJUDANTE ESPECIALIZADO (HORISTA)	SINAPI	H	0,01154000	R\$ 14,14	R\$ 0,16
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 0,16
VALOR:						R\$ 0,16

95332 CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA (H)						
Mão de Obra		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00002436	ELETRICISTA (HORISTA)	SINAPI	H	0,03732000	R\$ 27,65	R\$ 1,03
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 1,03
VALOR:						R\$ 1,03

95403 CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA (H)						
Mão de Obra		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00002707	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (HORISTA)	SINAPI	H	0,01476000	R\$ 117,49	R\$ 1,73
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 1,73
VALOR:						R\$ 1,73

100298 CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA (H)						
Mão de Obra		FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00034794	MECANICO DE REFRIGERACAO (HORISTA)	SINAPI	H	0,02765000	R\$ 21,41	R\$ 0,59

 MINISTÉRIO DA FAZENDA  Receita Federal	RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES AUXILIARES											
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60			DATA : 10/04/2024		BDI : 27,50%					
	DESCRIÇÃO:				CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)							
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM			FONTE		VERSÃO		HORA		MES	
				SINAPI		2025/04 COM DESONERAÇÃO		90,87%		52,15%		
			Composições Próprias		PRÓPRIA		0,00%		0,00%			

TOTAL Mão de Obra:	R\$ 0,59
VALOR:	R\$ 0,59

95378 CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA (H)						
Mão de Obra		Fonte	Unid	Coeficiente	Preço Unitário	Total
00006111	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	SINAPI	H	0,02120000	R\$ 13,22	R\$ 0,28
					TOTAL Mão de Obra:	R\$ 0,28
					VALOR:	R\$ 0,28



88264 ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)						
Encargos Complementares		Fonte	Unid	Coeficiente	Preço Unitário	Total
00037370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 5,19	R\$ 5,19
00043484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,26	R\$ 1,26
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,43	R\$ 1,43
00043460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,86	R\$ 0,86
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,08	R\$ 0,08
00037371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,23	R\$ 1,23
					TOTAL Encargos Complementares:	R\$ 10,05

Mão de Obra		Fonte	Unid	Coeficiente	Preço Unitário	Total
00002436	ELETRICISTA (HORISTA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 27,65	R\$ 27,65
					TOTAL Mão de Obra:	R\$ 27,65

Serviço		Fonte	Unid	Coeficiente	Preço Unitário	Total
95332	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,03	R\$ 1,03
					TOTAL Serviço:	R\$ 1,03
					VALOR:	R\$ 38,73

100308 MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)						
Encargos Complementares		Fonte	Unid	Coeficiente	Preço Unitário	Total
00037370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 5,19	R\$ 5,19
00043484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,26	R\$ 1,26
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,43	R\$ 1,43
00043460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,86	R\$ 0,86
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,08	R\$ 0,08
00037371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,23	R\$ 1,23
					TOTAL Encargos Complementares:	R\$ 10,05



Mão de Obra		Fonte	Unid	Coeficiente	Preço Unitário	Total
00034794	MECANICO DE REFRIGERACAO (HORISTA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 21,41	R\$ 21,41

 MINISTÉRIO DA FAZENDA  Receita Federal	RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES AUXILIARES				
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60	DATA : 10/04/2024		BDI : 27,50%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)	FONTES SINAPI Composições Próprias	VERSÃO	HORA
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM		MES	
			2025/04 COM DESONERAÇÃO	90,87%	52,15%
			PRÓPRIA	0,00%	0,00%

TOTAL Mão de Obra:	R\$ 21,41
--------------------	-----------

Serviço		FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
100298	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,59	R\$ 0,59
TOTAL Serviço:						R\$ 0,59
VALOR:						R\$ 32,05

88316 SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)						
Encargos Complementares		FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00037370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 5,19	R\$ 5,19
00043491	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,39	R\$ 1,39
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,43	R\$ 1,43
00043467	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,61	R\$ 0,61
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,08	R\$ 0,08
00037371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,23	R\$ 1,23
TOTAL Encargos Complementares:						R\$ 9,93
Mão de Obra		FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00006111	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 13,22	R\$ 13,22
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 13,22
Serviço		FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
95378	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,28	R\$ 0,28
TOTAL Serviço:						R\$ 0,28
VALOR:						R\$ 23,43



 MINISTÉRIO DA FAZENDA  Receita Federal	ORÇAMENTO - CURVA ABC DE SERVIÇOS										
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60					DATA :	10/04/2024	BDI :	27,50%	
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)					FONTE	VERSÃO	HORA	MES	
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM					SINAPI Composições Próprias	2025/04 COM DESONERAÇÃO	90,87%	52,15%	



CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	%	ACUMUL. %	CL
100308	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	Mão de Obra	H	10.754,11	R\$ 32,05	R\$ 344.669,23	27,94%	27,94%	A
INS-62528725	TRATAMENTO QUÍMICO DE ÁGUA GELADA DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO EM MANAUS/AM.	Composiçãoe	Serviço	UN	12,00	R\$ 26.314,36	R\$ 315.772,32	25,60%	53,54%	B
INS-63268817	VALOR ANUAL PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS, PEÇAS E COMPONENTES DE REPOSIÇÃO EM MANAUS/AM (DESONERADO).	Composiçãoe	Material	UN	1,00	R\$ 284.352,24	R\$ 284.352,24	23,05%	76,59%	B
88243	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	Mão de Obra	H	10.754,11	R\$ 24,23	R\$ 260.572,09	21,12%	97,71%	C
90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	Mão de Obra	H	137,14	R\$ 120,33	R\$ 16.502,06	1,34%	99,05%	C
INS-16190254	ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR AMBIENTAL INTERIOR EM MANAUS/AM, DE ACORDO COM NORMA ABNT NBR 17037/2023.	Composiçãoe	Material	UN	2,00	R\$ 4.900,00	R\$ 9.800,00	0,79%	99,84%	C
S12375	Remoção de ar condicionado tipo Split - Adaptado ORSE 12375	ORSE	Serviço	un	3,00	R\$ 256,77	R\$ 770,31	0,06%	99,91%	C
INS-91485068	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA NO ESTADO DO AMAZONAS	Composiçãoe	Material	UN	2,00	R\$ 262,55	R\$ 525,10	0,04%	99,95%	C
103253	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 24000 BTU/H, CICLO FRIO - INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE - ADAPTADO SINAPI 103253	SINAPI	Serviço	UN	2,00	R\$ 213,38	R\$ 426,76	0,03%	99,98%	C
103247	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 12000 BTU/H, CICLO FRIO - INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE - ADAPTADO SINAPI 103247	SINAPI	Serviço	UN	1,00	R\$ 196,50	R\$ 196,50	0,02%	100,00%	C

Subtotal até 100,00%% R\$ 1.233.586,61

Outros R\$ 0,00

Valor total do Orçamento R\$ 1.233.586,61



<div><div>MINISTÉRIO DA FAZENDA</div><div>Receita Federal</div></div>		ORÇAMENTO - CURVA ABC DE INSUMOS													
		OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60					DATA :		10/04/2024	BDI :		27,50%		
								FONTE		VERSÃO		HORA		MES	
								SINAPI		2025/04 COM DESONERAÇÃO		90,87%		52,15%	
DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)					Composições Próprias		PRÓPRIA		0,00%		0,00%			
						DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM									
LOCAL:															
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	%	ACUMUL. %	CL					
INS-62528725	TRATAMENTO QUÍMICO DE ÁGUA GELADA DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO EM MANAUS/AM.	Composição	Serviço	UN	12,00	R\$ 26.314,36	R\$ 315.772,32	25,60%	25,60%	A					
INS-63268817	VALOR ANUAL PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS, PEÇAS E COMPONENTES DE REPOSIÇÃO EM MANAUS/AM (DESONERADO).	Composição	Material	UN	1,00	R\$ 284.352,24	R\$ 284.352,24	23,05%	48,65%	A					
00034794	MECANICO DE REFRIGERACAO (HORISTA)	SINAPI	Mão de Obra	H	11.059,27	R\$ 21,41	R\$ 236.779,01	19,19%	67,84%	B					
00000242	AJUDANTE ESPECIALIZADO (HORISTA)	SINAPI	Mão de Obra	H	10.885,90	R\$ 14,14	R\$ 153.926,63	12,48%	80,32%	C					
00037370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	Encargos	H	21.550,42	R\$ 5,19	R\$ 111.846,68	9,07%	89,39%	C					
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	Encargos	H	21.686,27	R\$ 1,43	R\$ 31.011,36	2,51%	91,90%	C					
00037371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	Encargos	H	21.550,42	R\$ 1,23	R\$ 26.507,02	2,15%	94,05%	C					
00002707	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (HORISTA)	SINAPI	Mão de Obra	H	137,85	R\$ 117,49	R\$ 16.196,19	1,31%	95,36%	C					
00043491	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	Encargos	H	10.779,71	R\$ 1,39	R\$ 14.983,80	1,21%	96,58%	C					
00043484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	Encargos	H	10.770,71	R\$ 1,26	R\$ 13.571,10	1,10%	97,68%	C					
INS-16190254	ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR AMBIENTAL INTERIOR EM MANAUS/AM, DE ACORDO COM NORMA ABNT NBR 17037/2023.	Composição	Material	UN	2,00	R\$ 4.900,00	R\$ 9.800,00	0,79%	98,47%	C					
00043460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	Encargos	H	10.770,71	R\$ 0,86	R\$ 9.262,81	0,75%	99,22%	C					
00043467	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	Encargos	H	10.779,71	R\$ 0,61	R\$ 6.575,62	0,53%	99,76%	C					
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	Encargos	H	21.686,27	R\$ 0,08	R\$ 1.734,90	0,14%	99,90%	C					
INS-91485068	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA NO ESTADO DO AMAZONAS	Composição	Material	UN	2,00	R\$ 262,55	R\$ 525,10	0,04%	99,94%	C					
00002436	ELETRICISTA (HORISTA)	SINAPI	Mão de Obra	H	9,34	R\$ 27,65	R\$ 258,14	0,02%	99,96%	C					
00006111	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	SINAPI	Mão de Obra	H	18,38	R\$ 13,22	R\$ 243,00	0,02%	99,98%	C					
00037591	SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MINIMA 70 KG, BRANCO	SINAPI	Material	UN	6,00	R\$ 20,27	R\$ 121,62	0,01%	99,99%	C					
00043486	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	Encargos	H	135,85	R\$ 0,77	R\$ 104,60	0,01%	100,00%	C					
00001570	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	SINAPI	Material	UN	30,00	R\$ 0,97	R\$ 29,10	0,00%	100,00%	C					
00011976	CHUMBADOR DE ACO ZINCADO, DIAMETRO 1/4" COM PARAFUSO 1/4" X 40 MM	SINAPI	Material	UN	18,00	R\$ 1,33	R\$ 23,94	0,00%	100,00%	C					
00007568	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	SINAPI	Material	UN	27,00	R\$ 0,55	R\$ 14,85	0,00%	100,00%	C					
00013246	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 5/16", COMPRIMENTO 3/4", COM PORCA E ARRUELA LISA LEVE	SINAPI	Material	UN	12,00	R\$ 0,50	R\$ 6,00	0,00%	100,00%	C					
00043462	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	Encargos	H	135,85	R\$ 0,01	R\$ 1,36	0,00%	100,00%	C					

 MINISTÉRIO DA FAZENDA  Receita Federal	ORÇAMENTO - CURVA ABC DE INSUMOS										
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60				DATA :		10/04/2024	BDI :		27,50%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)				FONTE		VERSÃO	HORA	MES	
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM	SINAPI		2025/04 COM DESONERAÇÃO		90,87%		52,15%		
			Composições Próprias		PRÓPRIA		0,00%		0,00%		

Subtotal até 100,00%% R\$ 1.233.647,39



Outros -R\$ 60,78

Valor total do Orçamento R\$ 1.233.586,61


<div><div>MINISTÉRIO DA FAZENDA</div><div><div>Receita Federal</div></div></div>	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO											
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60					DATA :		10/04/2024	BDI :		27,50%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)					FONTE		VERSÃO	HORA	MES	
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM	SINAPI		2025/04 COM DESONERAÇÃO		90,87%		52,15%			
			Composições Próprias		PRÓPRIA		0,00%		0,00%			

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9
1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	R\$ 821.835,51	8,34 %	8,34 %	8,34 %	8,34 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %
			R\$ 68.541,08	R\$ 68.541,08	R\$ 68.541,08	R\$ 68.541,08	R\$ 68.458,89	R\$ 68.458,89	R\$ 68.458,89	R\$ 68.458,89	R\$ 68.458,89
2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA SEM MATERIAIS	R\$ 126.005,29	8,34 %	8,34 %	8,34 %	8,34 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %
			R\$ 10.508,84	R\$ 10.508,84	R\$ 10.508,84	R\$ 10.508,84	R\$ 10.496,24	R\$ 10.496,24	R\$ 10.496,24	R\$ 10.496,24	R\$ 10.496,24
3	MATERIAIS	R\$ 284.352,24									
4	INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	R\$ 1.393,57									
5	Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)	R\$ 304.488,47	7,14 %	7,14 %	7,14 %	7,14 %	7,13 %	7,13 %	7,13 %	7,13 %	7,13 %
			R\$ 21.732,43	R\$ 21.732,43	R\$ 21.732,43	R\$ 21.732,43	R\$ 21.706,38	R\$ 21.706,38	R\$ 21.706,38	R\$ 21.706,38	R\$ 21.706,38
R\$ 1.538.075,08			R\$ 100.782,35	R\$ 100.782,35	R\$ 100.782,35	R\$ 100.782,35	R\$ 100.661,51	R\$ 100.661,51	R\$ 100.661,51	R\$ 100.661,51	R\$ 100.661,51
			R\$ 100.782,35	R\$ 201.564,70	R\$ 302.347,05	R\$ 403.129,40	R\$ 503.790,91	R\$ 604.452,42	R\$ 705.113,93	R\$ 805.775,44	R\$ 906.436,95

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	Total parcela
1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	R\$ 821.835,51	8,33 %	8,33 %	8,33 %	100,00 %
			R\$ 68.458,89	R\$ 68.458,89	R\$ 68.458,96	R\$ 821.835,51
2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA SEM MATERIAIS	R\$ 126.005,29	8,33 %	8,33 %	8,33 %	100,00 %
			R\$ 10.496,24	R\$ 10.496,24	R\$ 10.496,25	R\$ 126.005,29
3	MATERIAIS	R\$ 284.352,24				0,00 %
						R\$ 0,00
4	INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	R\$ 1.393,57				0,00 %
						R\$ 0,00
5	Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)	R\$ 304.488,47	7,13 %	7,13 %	7,13 %	85,60 %
			R\$ 21.706,38	R\$ 21.706,38	R\$ 21.706,46	R\$ 260.580,84
R\$ 1.538.075,08			R\$ 100.661,51	R\$ 100.661,51	R\$ 100.661,67	R\$
			R\$ 1.007.098,46	R\$ 1.107.759,97	R\$ 1.208.421,64	1.208.421,64


 MINISTÉRIO DA FAZENDA  Receita Federal	CRONOGRAMA FÍSICO DE INSUMOS								
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60					DATA : 10/04/2024		BDI : 27,50%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)					FONTE	VERSÃO	HORA MES
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM					SINAPI Composições Próprias	2025/04 COM DESONERAÇÃO PRÓPRIA	90,87% 52,15% 0,00% 0,00%

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD. MÊS 1	QTD. MÊS 2	QTD. MÊS 3	QTD. MÊS 4	QTD. MÊS 5	QTD. MÊS 6	QTD. MÊS 7
00000242	AJUDANTE ESPECIALIZADO (HORISTA)	H	907,24291661	907,24291661	907,24291661	907,24291661	906,15509537	906,15509537	906,15509537
00001570	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	UN							
00002436	ELETRICISTA (HORISTA)	H							
00002707	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (HORISTA)	H	11,49682944	11,49682944	11,49682944	11,49682944	11,48304427	11,48304427	11,48304427
00006111	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	H							
00007568	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN							
00011976	CHUMBADOR DE ACO ZINCADO, DIAMETRO 1/4" COM PARAFUSO 1/4" X 40 MM	UN							
00013246	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 5/16", COMPRIMENTO 3/4", COM PORCA E ARRUELA LISA LEVE	UN							
00034794	MECANICO DE REFRIGERACAO (HORISTA)	H	921,69185920	921,69185920	921,69185920	921,69185920	920,58671309	920,58671309	920,58671309
00037370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1.793,78554800	1.793,78554800	1.793,78554800	1.793,78554800	1.791,63472600	1.791,63472600	1.791,63472600
00037371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1.793,78554800	1.793,78554800	1.793,78554800	1.793,78554800	1.791,63472600	1.791,63472600	1.791,63472600
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1.805,11515247	1.805,11515247	1.805,11515247	1.805,11515247	1.802,95074582	1.802,95074582	1.802,95074582
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1.805,11515247	1.805,11515247	1.805,11515247	1.805,11515247	1.802,95074582	1.802,95074582	1.802,95074582
00037591	SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MINIMA 70 KG, BRANCO	UN							
00043460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	896,89277400	896,89277400	896,89277400	896,89277400	895,81736300	895,81736300	895,81736300
00043462	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	11,32960447	11,32960447	11,32960447	11,32960447	11,31601982	11,31601982	11,31601982
00043467	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	896,89277400	896,89277400	896,89277400	896,89277400	895,81736300	895,81736300	895,81736300
00043484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	896,89277400	896,89277400	896,89277400	896,89277400	895,81736300	895,81736300	895,81736300
00043486	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	11,32960447	11,32960447	11,32960447	11,32960447	11,31601982	11,31601982	11,31601982
00043491	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	896,89277400	896,89277400	896,89277400	896,89277400	895,81736300	895,81736300	895,81736300
INS-16190254	ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR AMBIENTAL INTERIOR EM MANAUS/AM, DE ACORDO COM NORMA ABNT NBR 17037/2023.	UN	0,16680000	0,16680000	0,16680000	0,16680000	0,16660000	0,16660000	0,16660000



<div><div>MINISTÉRIO DA FAZENDA</div><div><div>Receita Federal</div></div></div>	CRONOGRAMA FÍSICO DE INSUMOS												
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60					DATA :		10/04/2024	BDI :		27,50%	
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)					FONTE		VERSÃO		HORA		MES
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM	SINAPI		2025/04 COM DESONERAÇÃO		90,87%		52,15%				
			Composições Próprias		PRÓPRIA		0,00%		0,00%				

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD. MÊS 1	QTD. MÊS 2	QTD. MÊS 3	QTD. MÊS 4	QTD. MÊS 5	QTD. MÊS 6	QTD. MÊS 7
INS-62528725	TRATAMENTO QUÍMICO DE ÁGUA GELADA DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO EM MANAUS/AM.	UN	1,00080000	1,00080000	1,00080000	1,00080000	0,99960000	0,99960000	0,99960000
INS-63268817	VALOR ANUAL PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS, PEÇAS E COMPONENTES DE REPOSIÇÃO EM MANAUS/AM (DESONERADO).	UN							
INS-91485068	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA NO ESTADO DO AMAZONAS	UN	0,16680000	0,16680000	0,16680000	0,16680000	0,16660000	0,16660000	0,16660000

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD. MÊS 8	QTD. MÊS 9	QTD. MÊS 10	QTD. MÊS 11	QTD. MÊS 12	TOTAL
00000242	AJUDANTE ESPECIALIZADO (HORISTA)	H	906,15509537	906,15509537	906,15509537	906,15509537	906,15509537	10.878,21242940
00001570	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	UN						0,00000000
00002436	ELETRICISTA (HORISTA)	H						0,00000000
00002707	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (HORISTA)	H	11,48304427	11,48304427	11,48304427	11,48304427	11,48304427	137,85167190
00006111	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	H						0,00000000
00007568	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN						0,00000000
00011976	CHUMBADOR DE ACO ZINCADO, DIAMETRO 1/4" COM PARAFUSO 1/4" X 40 MM	UN						0,00000000
00013246	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 5/16", COMPRIMENTO 3/4", COM PORCA E ARRUELA LISA LEVE	UN						0,00000000
00034794	MECANICO DE REFRIGERACAO (HORISTA)	H	920,58671309	920,58671309	920,58671309	920,58671309	920,58671309	11.051,46114150
00037370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1.791,63472600	1.791,63472600	1.791,63472600	1.791,63472600	1.791,63472600	21.508,22000000
00037371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1.791,63472600	1.791,63472600	1.791,63472600	1.791,63472600	1.791,63472600	21.508,22000000
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1.802,95074582	1.802,95074582	1.802,95074582	1.802,95074582	1.802,95074582	21.644,06657643
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1.802,95074582	1.802,95074582	1.802,95074582	1.802,95074582	1.802,95074582	21.644,06657643
00037591	SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MINIMA 70 KG, BRANCO	UN						0,00000000
00043460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	895,81736300	895,81736300	895,81736300	895,81736300	895,81736300	10.754,11000000
00043462	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	11,31601982	11,31601982	11,31601982	11,31601982	11,31601982	135,84657643
00043467	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	895,81736300	895,81736300	895,81736300	895,81736300	895,81736300	10.754,11000000

 MINISTÉRIO DA FAZENDA  Receita Federal	CRONOGRAMA FÍSICO DE INSUMOS											
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60					DATA :		10/04/2024	BDI :		27,50%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)					FONTE		VERSÃO	HORA	MES	
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM	SINAPI		2025/04 COM DESONERAÇÃO		90,87%		52,15%			
			Composições Próprias		PRÓPRIA		0,00%		0,00%			



CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD. MÊS 8	QTD. MÊS 9	QTD. MÊS 10	QTD. MÊS 11	QTD. MÊS 12	TOTAL
00043484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	895,81736300	895,81736300	895,81736300	895,81736300	895,81736300	10.754,11000000
00043486	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	11,31601982	11,31601982	11,31601982	11,31601982	11,31601982	135,84657643
00043491	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	895,81736300	895,81736300	895,81736300	895,81736300	895,81736300	10.754,11000000
INS-16190254	ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR AMBIENTAL INTERIOR EM MANAUS/AM, DE ACORDO COM NORMA ABNT NBR 17037/2023.	UN	0,16660000	0,16660000	0,16660000	0,16660000	0,16660000	2,00000000
INS-62528725	TRATAMENTO QUÍMICO DE ÁGUA GELADA DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO EM MANAUS/AM.	UN	0,99960000	0,99960000	0,99960000	0,99960000	0,99960000	12,00000000
INS-63268817	VALOR ANUAL PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS, PEÇAS E COMPONENTES DE REPOSIÇÃO EM MANAUS/AM (DESONERADO).	UN						0,00000000
INS-91485068	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA NO ESTADO DO AMAZONAS	UN	0,16660000	0,16660000	0,16660000	0,16660000	0,16660000	2,00000000

 MINISTÉRIO DA FAZENDA  Receita Federal	COMPOSIÇÃO DO BDI				
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60	DATA : 10/04/2024		BDI : 27,50%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)	FONTE SINAPI Composições Próprias	VERSÃO 2025/04 COM DESONERAÇÃO	HORA 90,87%
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM		MES 52,15%	MES 0,00%

COD	DESCRIÇÃO	%
	Benefício	
S + G	Garantia/seguros	0,80%
L	Lucro	6,16%
	TOTAL	6,96%
	Despesas Indiretas	
AC	Administração central	3,00%
DF	Despesas financeiras	0,59%
R	Riscos	0,97%
	TOTAL	4,56%
I	Impostos	
	COFINS	3,00%
	ISS	5,00%
	PIS	0,65%
	CPRB	3,60%
	TOTAL	12,25%

BDI = 27,50%



$$\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

 MINISTÉRIO DA FAZENDA  Receita Federal	COMPOSIÇÃO DO BDI				
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60	DATA : 10/04/2024		BDI : 27,50%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)	FONTES SINAPI Composições Próprias	VERSÃO	HORA
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM		2025/04 COM DESONERAÇÃO PRÓPRIA	MES
					90,87% 52,15% 0,00% 0,00%

COD	DESCRIÇÃO	%
	Benefício	
S + G	Garantia/seguros	0,48%
L	Lucro	5,11%
	TOTAL	5,59%
	Despesas Indiretas	
AC	Administração central	3,45%
DF	Despesas financeiras	0,85%
R	Riscos	0,85%
	TOTAL	5,15%
I	Impostos	
	COFINS	3,00%
	ISS	0,00%
	PIS	0,65%
	CPRB	0,00%
	TOTAL	3,65%

BDI = 15,28%

$$\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

 MINISTÉRIO DA FAZENDA  Receita Federal	TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS				
	OBRA:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO) - PCRB - 3,60	DATA : 10/04/2024		BDI : 27,50%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO DA DRF DE MANAUS/AM (DESONERADO)	FONTES SINAPI Composições Próprias	VERSÃO	HORA
	LOCAL:	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM		2025/04 COM DESONERAÇÃO PRÓPRIA	MES
					90,87% 52,15% 0,00% 0,00%

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
A	GRUPO A		
A1	INSS	5,00%	5,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%
	TOTAL	22,80%	22,80%
B	GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,96%	0,00%
B2	Feriados	4,01%	0,00%
B3	Auxílio - Enfermidade	0,86%	0,65%
B4	13º Salário	10,99%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,96%	0,00%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,07%
B9	Férias Gozadas	10,71%	8,13%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%
	TOTAL	47,42%	17,82%
C	GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,39%	3,33%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	2,54%	1,92%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,62%	1,99%
C5	Indenização Adicional	0,37%	0,28%
	TOTAL	10,02%	7,60%
D	GRUPO D		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	10,26%	3,65%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,37%	0,28%
	TOTAL	10,63%	3,93%

A + B + C + D =
90,87%
52,15%